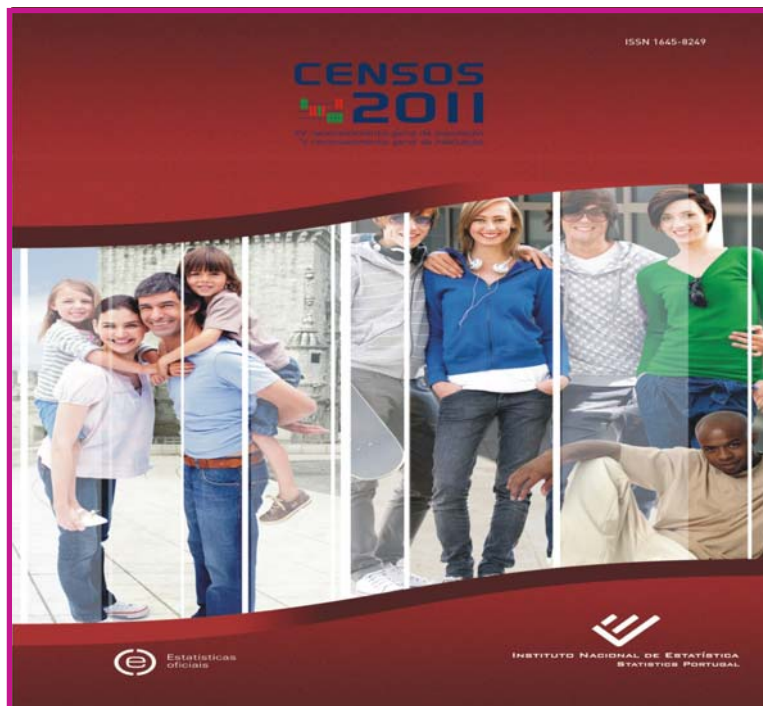


Artigo 1º_ página 5



Caracterização da população e das famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011¹

Este artigo foi baseado no Destaque dos Resultados Definitivos dos Censos 2011, divulgado pelo INE em 20 de Novembro de 2012.

¹ A geografia utilizada é a versão 2002 das NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos).

Autor: GC – Gabinete dos Censos 2021

Resumo:

Este artigo pretende caracterizar a população e as famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011. A análise aos resultados definitivos foi desenvolvida segundo várias temáticas: população residente; população de nacionalidade estrangeira; estado civil e conjugalidade; nível de escolaridade; caracterização socioeconómica; famílias.

Palavras Chave: Censos 2011, população residente, famílias.

Abstract:

This paper attempts to characterize the population and households living in Portugal, based on 2011 Census. The analysis of the final results was developed according to various themes: resident population, foreign population, marital status and conjugality, educational level, socio-economic characterization; households.

Key words: 2011 Census, resident population, households.

Characterization of population and households living in Portugal, based on 2011 Census

Introdução

Os resultados dos Censos 2011 foram disponibilizados em 3 fases. Em Junho de 2011, cerca de 4 meses após o momento censitário (21 de Março de 2011), foram divulgados os Resultados Preliminares dos Censos 2011, que constituíram os primeiros resultados. Estes dados foram apurados muito antes da conclusão de todo o processo de tratamento e validação da informação recolhida e destinavam-se essencialmente a oferecer uma antevisão da evolução de alguns indicadores, por comparação com os Censos 2001. A sua divulgação esteve limitada a totalizadores de 6 variáveis: edifícios, alojamentos, famílias, população residente e presente, por sexo. Esta informação foi disponibilizada até ao nível de secção estatística.

Os Resultados Provisórios foram divulgados em Dezembro de 2011. Após o tratamento e validação completa de todos os dados, os Resultados Definitivos dos Censos 2011 foram disponibilizados em Novembro de 2012. Em relação ao total da população residente a diferença, ao nível nacional, entre os Resultados Preliminares e os Definitivos foi de apenas 6 325 indivíduos.

Com base nos Resultados Definitivos, este estudo pretende caracterizar, sob diversas temáticas, a população e famílias a residir em Portugal à data do momento censitário dos Censos 2011. Está organizado em 7 secções. A secção 1 analisa a população residente em termos de evolução (entre 2001 e 2011) e a sua estrutura etária. Nesta secção identificam-se e analisam-se também alguns indicadores demográficos da população como a idade média, índice de envelhecimento, índice de longevidade, índice de rejuvenescimento da população ativa e índice de sustentabilidade potencial. Na secção 2 caracteriza-se a população estrangeira residente em Portugal. Na secção 3 observa-se o estado civil e a conjugalidade. Na secção 4 destaca-se o nível de escolaridade da população residente. Na secção 5 elabora-se uma caracterização socioeconómica da população. Na secção 6 analisam-se as famílias residentes em Portugal. Finalmente, na secção 7 apresentam-se as principais conclusões.

1. População residente

De acordo com os Resultados Definitivos dos Censos 2011, a população residente em Portugal, era de 10 562 178 pessoas (Quadro 1). Tal como em 2001, a proporção de mulheres (52,2%) continua superior à dos homens e até se reforçou.

1.1 Evolução 2001-2011

Entre 2001 e 2011, verificou-se um crescimento de 2% da população residente (206 061 pessoas) que resulta predominantemente de um saldo migratório positivo de 188 652, uma vez que o saldo natural (número de nascimentos com vida menos o número de óbitos) contribuiu com apenas 17 409 pessoas para esta variação.

A nível regional, em 2011, a região do Alentejo voltou a perder população (cerca de 2,5%, ou seja 19 283 pessoas) face a 2001, bem como a região Centro, cuja população recuou sensivelmente 1%. A Região Norte manteve praticamente a população que tinha na última década. Apresentaram saldo positivo as restantes regiões NUTS II: a região do Algarve (+14%), as Regiões Autónomas (R.A.) dos Açores (+2%) e da Madeira (9%) e a região de Lisboa (+6%).

Entre 1991 e 2001, 171 municípios tinham perdido população. Na última década, entre 2001 e 2011, o número de municípios cuja população decresceu subiu para 198, continuando a assistir-se à perda de população nos municípios do interior e ao efeito de concentração da população nos municípios do litoral.

Tal como se verifica pela Figura 1, os 10 municípios que ganharam mais população apresentaram crescimentos diferenciados e podem dividir-se em 3 grupos. No Grupo 1, com crescimentos acima dos 40%, incluíram-se: Santa Cruz (44,7%) na R.A. da Madeira e Mafra (41,1%). No Grupo 2, com crescimentos entre 30% e 40%:

Quadro 1

População residente em 2001 e 2011				
Portugal	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
População residente	10 356 117	100,0	10 562 178	100,0
Homens	5 000 141	48,3	5 046 600	47,8
Mulheres	5 355 976	51,7	5 515 578	52,2

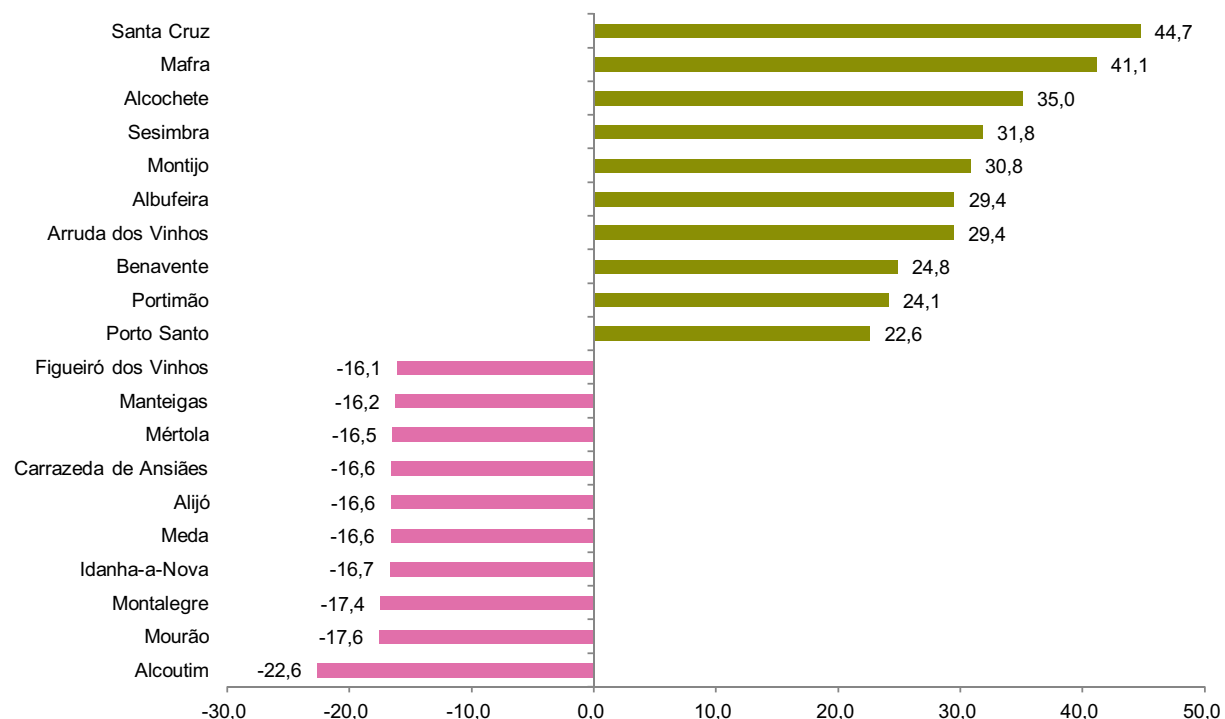
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Censos 2011

Alcochete (35,0%), Sesimbra (31,8%) e Montijo (30,8%). No Grupo 3, com crescimentos entre 20% e 30%: Albufeira (29,4%), Arruda dos Vinhos (29,4%), Benavente (24,8%), Portimão (24,1%) e Porto Santo (22,6%).

Os 10 Municípios que perderam mais população também apresentaram crescimentos variados e podem dividir-se em 2 grupos. No Grupo 1, com um decréscimo superior a 20%, encontrava-se o Município de Alcoutim (-22,6%). No Grupo 2, com quedas entre 10% e 20%, incluíram-se: Mourão (-17,6%), Montalegre (-17,4%), Idanha-a-Nova (-16,7%), Meda (-16,6%), Aljô (-16,6%), Carrazeda de Ansiães (-16,6%), Mértola (-16,5%), Manteigas (-16,2%) e Figueiró dos Vinhos (-16,1%).

Figura 1

Variação da população residente (%), entre 2001 e 2011, para os 10 municípios com maiores e menores crescimentos

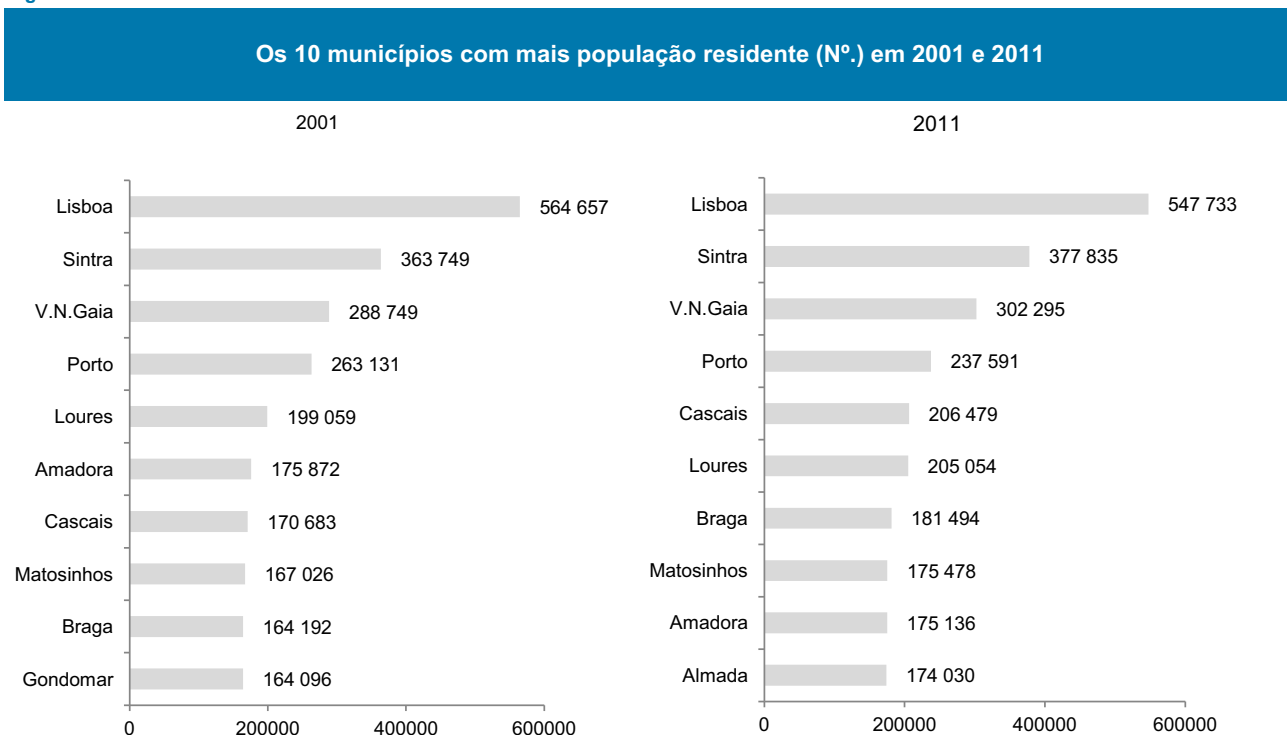


Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

De acordo com os Censos 2011, cerca de 50% da população residente concentrava-se em 33 municípios do país. No sub-grupo dos 10 municípios mais populosos, 6 localizavam-se na região de Lisboa e 4 na região Norte. O ranking dos municípios, pelo número de indivíduos residentes, alterou-se em relação a 2001 (Figura 2):

- * Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia e Porto mantiveram-se nas quatro primeiras posições;
- * O município de Gondomar deixou de integrar o grupo;
- * Almada passou a integrar o grupo;
- * Cascais reforçou a sua posição, tendo passado para 5º lugar, agora à frente de Loures e da Amadora;
- * Braga ultrapassou Matosinhos no rank.

Figura 2



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

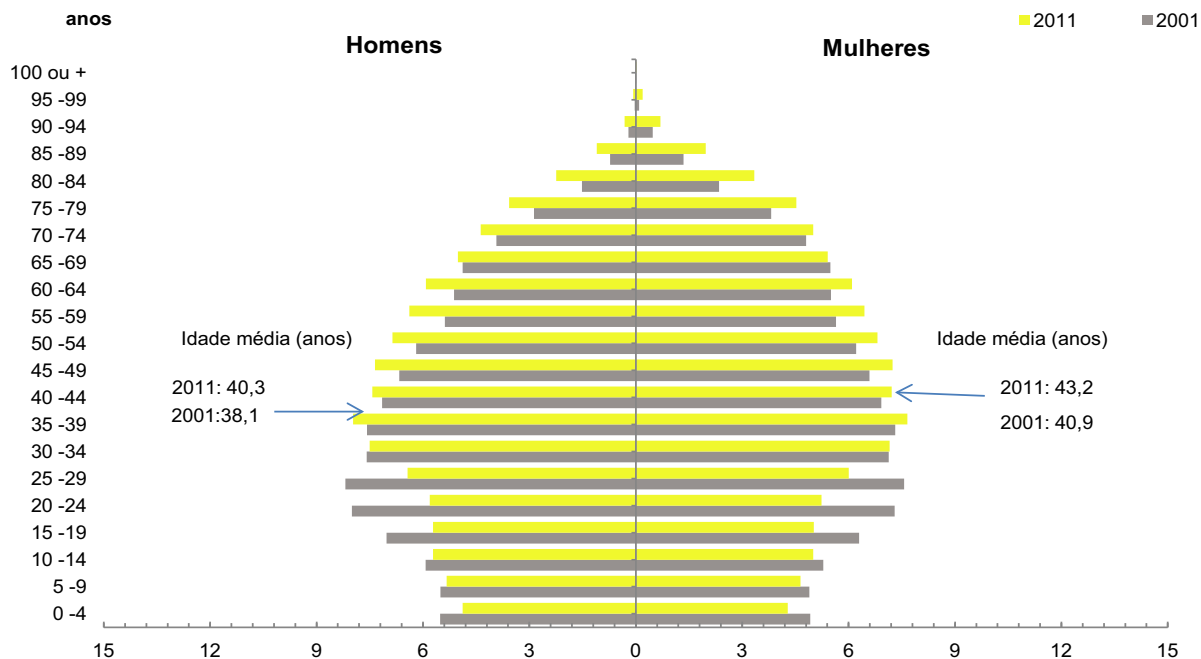
Do conjunto dos 10 municípios mais populosos do país, 7 ganharam população em relação aos Censos anteriores. As variações de população residente 2001-2011, verificadas nestes municípios, podem dividir-se em 3 grupos. No Grupo 1, com crescimentos acima dos 10%, incluem-se: Cascais (21%) e Braga (10,5%). No Grupo 2, com crescimentos entre 5% e 10%: Almada (8,2%) e Matosinhos (5,1%). No Grupo 3, com crescimentos inferiores a 5%: Vila Nova de Gaia (4,7%), Sintra (3,9%) e Loures (3%). Os municípios que perderam população foram: Porto (-9,7%), Lisboa (-3,0%) e Amadora (-0,5%).

1.2 Estrutura etária

A estrutura etária da população acentuou os desequilíbrios já evidenciados na década passada. Diminuiu a base da pirâmide, correspondente à população mais jovem, e alargou-se o topo, com o aumento da população mais idosa (Figura 3).

Figura 3

Estrutura etária da população residente (%), por sexo, 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Verificou-se que Portugal perdeu população em todos os grupos etários quinquenais entre os 0-29 anos (Quadro 2). A população entre os 30 e os 69 anos cresceu 9% e, para idades superiores a 69 anos, o crescimento foi da ordem dos 26%. Verifica-se que a percentagem de jovens (com menos de 15 anos) recuou para 15% e de idosos (65 ou mais anos) cresceu para 19% do total da população.

1.3 Indicadores demográficos

Como se referiu anteriormente, a estrutura etária da população residente em Portugal, destacou o processo de envelhecimento demográfico ocorrido na última década.

O envelhecimento demográfico da população é uma realidade à escala mundial. A Europa, já designada por continente grisalho, é uma das regiões mais envelhecidas do mundo e Portugal, no contexto europeu, é um dos países que observa um maior envelhecimento demográfico.

Este resulta da diminuição da mortalidade e do conseqüente aumento da esperança média de vida, mas também da redução da natalidade, que está bem evidente em Portugal através da diminuição dos níveis de fecundidade. A entrada de população estrangeira na última década em Portugal, sobretudo em idade ativa, contribuiu para atenuar ligeiramente este processo, mas não foi suficiente para o inverter.

O fenómeno do envelhecimento da população tem marcadamente reflexos de âmbito sócio-económico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como através da adoção de novos estilos de vida por parte da sociedade.

Os indicadores demográficos, atualizados à luz dos Censos 2011, refletem o ritmo de crescimento da população idosa no total da população.

Quadro 2

Estrutura etária da população residente, por sexo, 2001 e 2011

Portugal	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
Estrutura etária				
0-14 anos	1 656 602	16,0	1 572 329	14,9
15-24 anos	1 479 587	14,3	1 147 315	10,9
25-64 anos	5 526 435	53,4	5 832 470	55,2
65 ou mais anos	1 693 493	16,4	2 010 064	19,0

Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Censos 2011

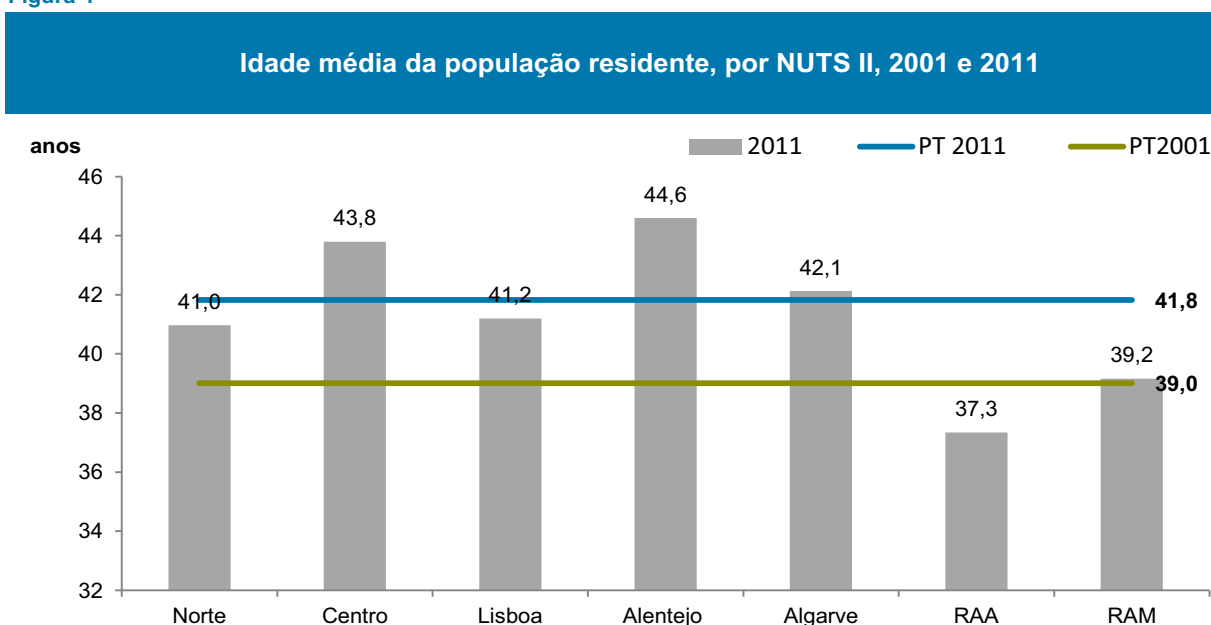
Idade Média

A idade média da população residente em Portugal, de acordo com os Censos 2011, aumentou cerca de 3 anos na última década, fixando-se em 41,8 anos (Figura 4). A idade média das mulheres (43,2 anos) continua a ser superior em cerca de 3 anos à dos homens (40,3 anos), reflexo da sua maior longevidade. Este facto está diretamente relacionado com a maior preponderância das mulheres no grupo etário da população idosa.

O aumento da idade média da população tem uma representação generalizada em todo o país. Contudo subsistem contrastes entre as regiões e territórios. É na região do Alentejo que a idade média da população apresenta o valor mais elevado com 44,6 anos, cerca de três anos acima da média nacional. A população da região Centro apresenta igualmente uma idade média superior em 2 anos à média do país. Este facto encontra maior expressão nos territórios do interior, marcadamente habitados por população idosa e por fenómenos de despovoamento dos quais resultam a redução dos efeitos de população mais jovem.

É nas R. A. dos Açores e da Madeira que a população é mais nova. Na Região do Açores, a idade média da população é inferior em 4,5 anos à média do país e na Região da Madeira é de 2,6 anos.

Figura 4



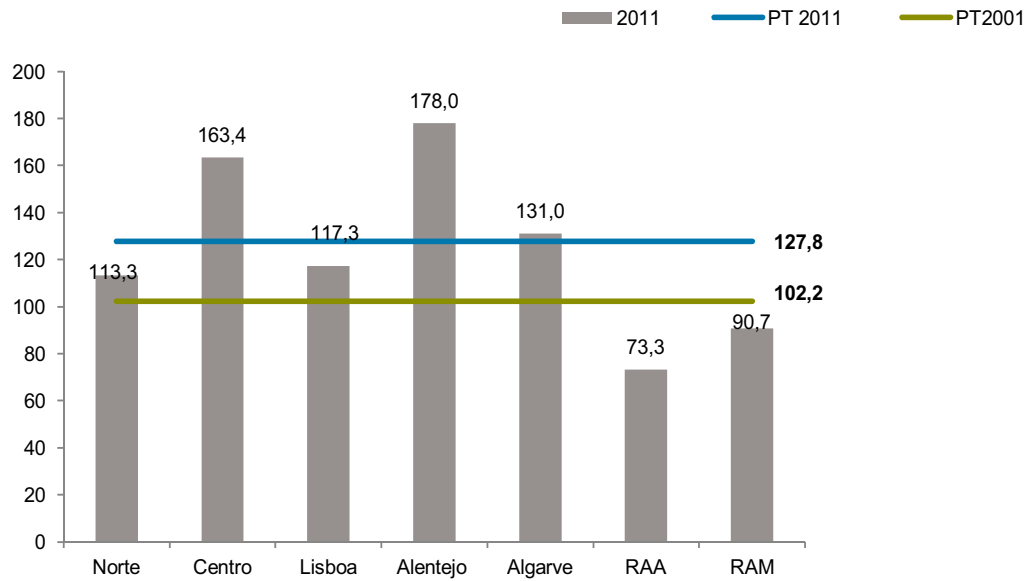
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Índice de envelhecimento

Em 2011, o índice de envelhecimento da população era de 128, o que significa que por cada 100 jovens (com menos de 15 anos) existiam 128 idosos (com 65 ou mais anos) (Figura 5). Tal como a idade média, as Regiões Autónomas apresentavam os índices de envelhecimento mais baixos do país, respetivamente 73 para a R.A. dos Açores e 91 para a R.A. da Madeira. Estas eram as únicas regiões do país com mais jovens do que idosos. No polo oposto encontravam-se as regiões do Centro e Alentejo, como as regiões mais envelhecidas, com índices de 163 e 178, respetivamente.

Figura 5

Índice de envelhecimento, por NUTS II, 2001 e 2011

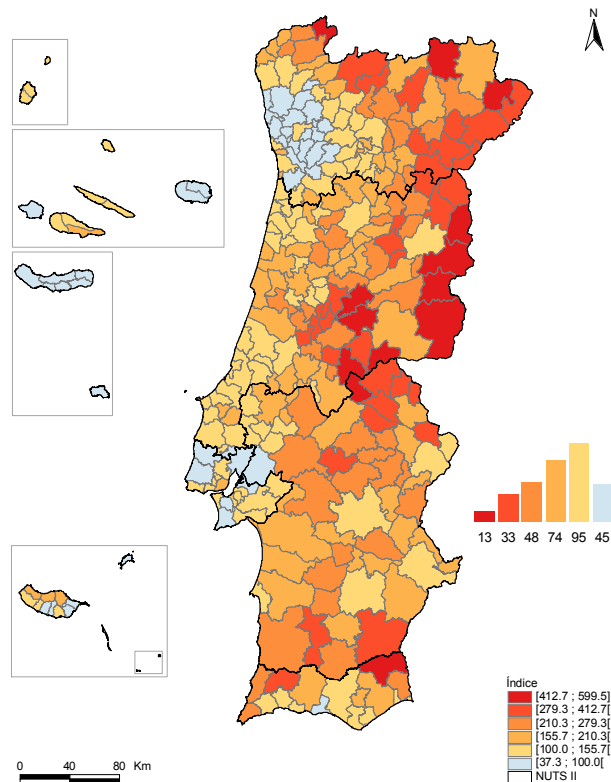


Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

O envelhecimento da população é um fenómeno que não se circunscreve apenas ao interior do país, mas alastrou-se à generalidade do território. Todavia é nas regiões do interior do país, que se assistiu a um maior agravamento deste fenómeno consequência também da perda de população mais jovem verificada na última década.

Figura 6

Índice de envelhecimento, Município, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Se analisarmos o Índice de envelhecimento, ao nível de município, verificou-se que apenas 46 municípios apresentavam valores inferiores a 100. Ribeira Grande (37) e Lagoa (48) na R. A. Açores bem como Câmara de Lobos (49) na R.A. Madeira eram os municípios com os valores mais baixos deste indicador (Figura 6). No extremo oposto, apresentavam os valores mais elevados os municípios de Vila Velha de Ródão (585), Pampilhosa da Serra (591) e Penamacor (600), todos na região Centro.

Índice de longevidade

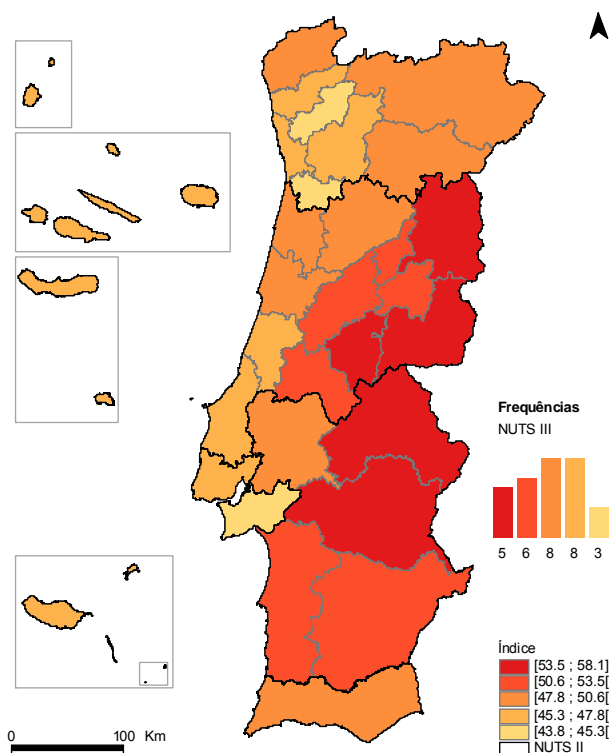
O índice de longevidade, que relaciona a população com 75 ou mais anos com o total da população idosa com 65 ou mais anos era, em 2011, de 48, face a 41 em 2001 e 39 em 1991. O aumento da esperança média de vida reflete bem a forma como este indicador tem vindo a progredir nas últimas décadas.

Em termos regionais, Lisboa apresentou o índice mais baixo (46), sendo o Alentejo a única região cujo índice ultrapassou 50, o que significa que a maior parte da sua população idosa tinha 75 ou mais anos.

Pelas sub-regiões NUTS III (Figura 7) verifica-se que, em regra, o interior do país tem índices de longevidade superiores ao litoral. Destaca-se o Pinhal Interior Sul com cerca de 55 e o Alto Alentejo com 54.

Figura 7

Índice de longevidade, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Índice de rejuvenescimento da população ativa

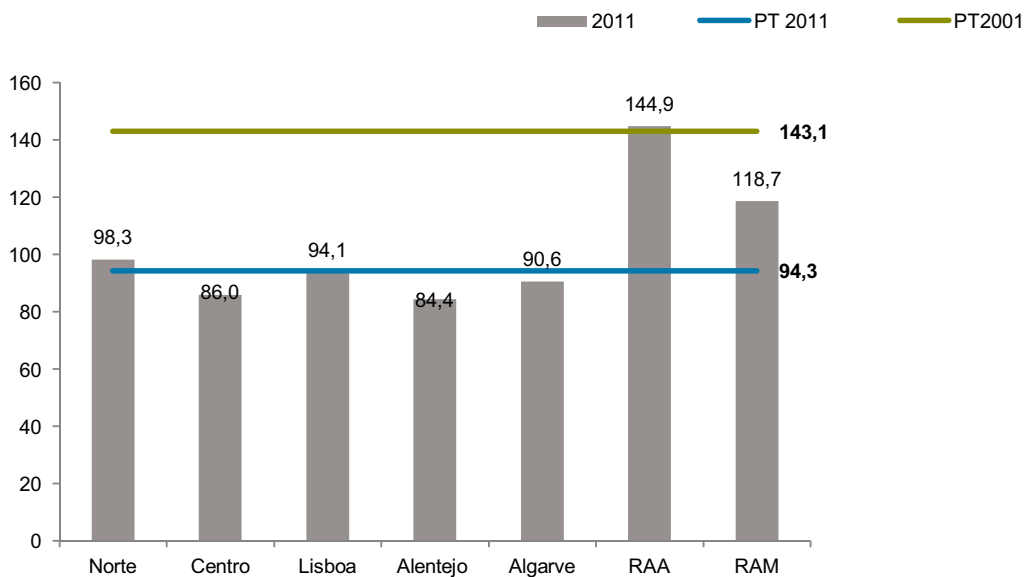
O retrato demográfico do país configura desafios imediatos e futuros em termos de sustentabilidade demográfica do território mas também nos planos da vida social e económica. No mercado de trabalho são colocados problemas de renovação e disponibilidade de efetivos para trabalhar e na sustentabilidade dos sistemas de proteção social e nos serviços de saúde haverá impacto decorrente também do envelhecimento demográfico da população.

A análise das repercussões na população ativa podem ser observadas tendo em conta a evolução dos índices de rejuvenescimento da população em idade ativa e do índice de sustentabilidade potencial. A representação espacial por regiões destes indicadores é semelhante. Os territórios do interior da região Centro e do nordeste transmontano, evidenciam índices muito inferiores aos observados no litoral ou em torno das grandes áreas urbanas. As regiões autónomas contrastam com o padrão nacional, uma vez que apresentam os indicadores mais elevados do país.

O índice de rejuvenescimento da população ativa era de aproximadamente 94, em 2011, o que significa que, potencialmente, por cada 100 pessoas que saíam do mercado de trabalho, entravam apenas 94 (Figura 8). Este indicador agravou-se significativamente na última década, face à década anterior, em que atingiu 143, quando o número de pessoas a entrar no mercado de trabalho era significativamente superior ao número de pessoas que saía. Em 2011 só as Regiões Autónomas apresentaram índices de rejuvenescimento superiores a 100.

Figura 8

Índice de rejuvenescimento da população ativa, por NUTS II, 2001 e 2011

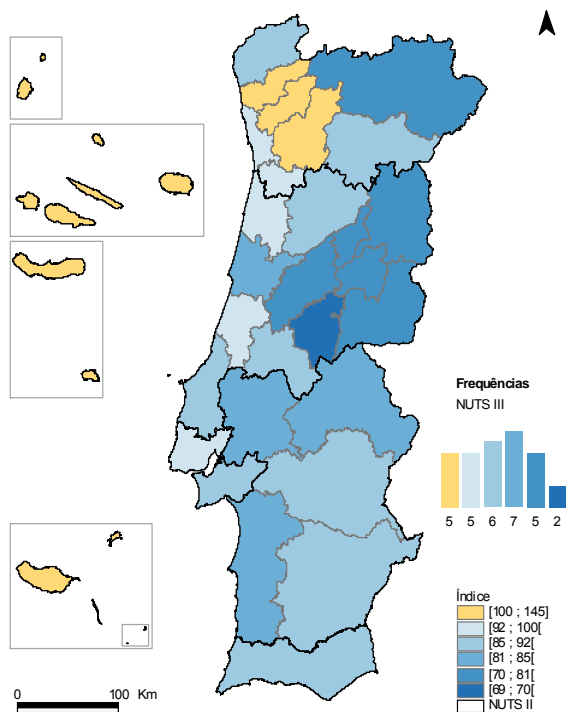


Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Apenas 5 das 30 sub-regiões NUTS III apresentam índices de rejuvenescimento acima de 100, como as Regiões Autónomas, e das sub-regiões do Cávado, Ave e Tâmega, na região Norte (Figura 9).

Figura 9

Índice de rejuvenescimento da população ativa, por NUTS III, 2001 e 2011



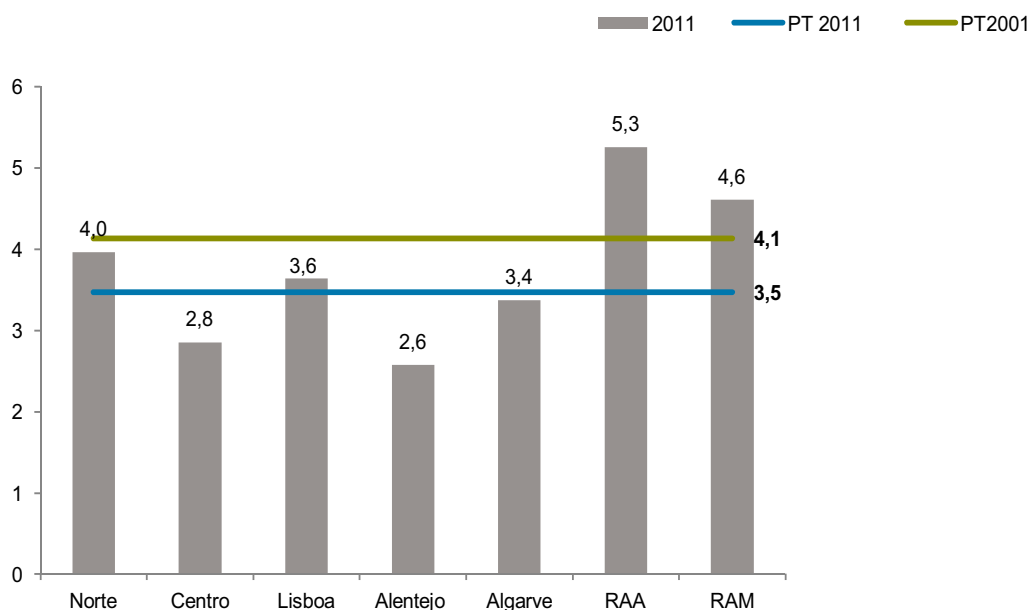
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Índice de sustentabilidade potencial

Como se referiu atrás, a análise do índice de sustentabilidade complementa a leitura anterior. Numa década, o número de indivíduos em idade ativa, por cada indivíduo idoso, passou de 4,1 em 2001, para 3,5 em 2011 (Figura 10). As Regiões Autónomas apresentaram os índices de sustentabilidade mais elevados: 5,3 para os Açores e 4,6 para a Madeira. No Alentejo e o Centro registaram-se os índices mais baixos, respetivamente 2,6 e 2,8.

Figura 10

Índice de sustentabilidade potencial, por NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

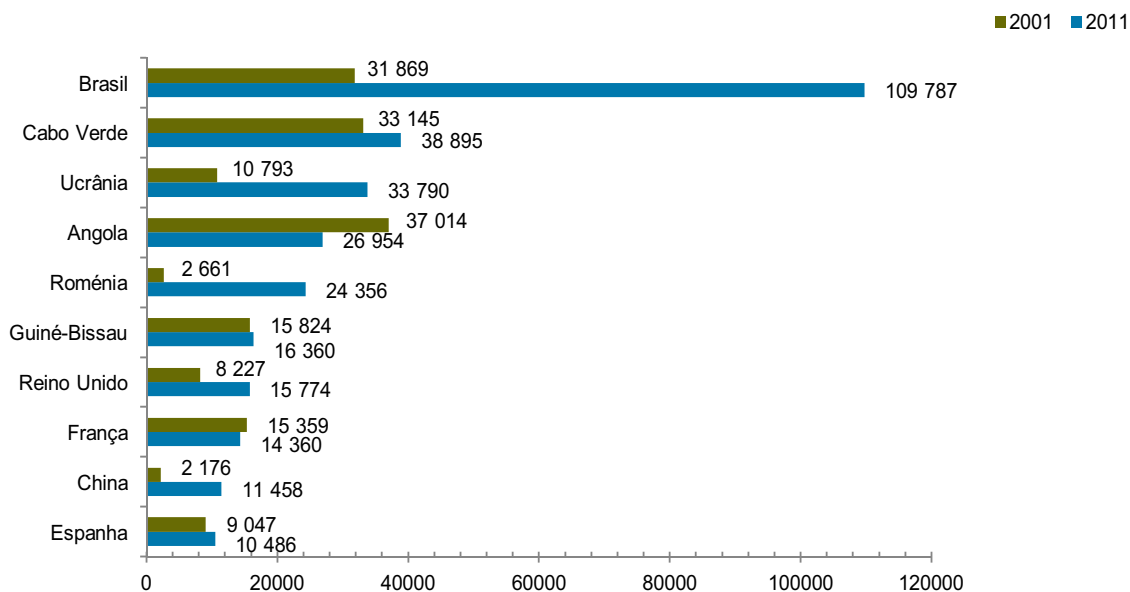
2. População de nacionalidade estrangeira

À data da realização dos Censos 2011, residiam em Portugal 394 496 pessoas de nacionalidade estrangeira, o que representava cerca de 3,7% do total da população residente. A maior comunidade estrangeira residente em Portugal era a brasileira, com 109 787 pessoas (cerca de 28%), seguindo-se a cabo-verdiana, com 38 895 (10%). A comunidade ucraniana detinha a terceira posição mais representada em Portugal, com 9%. De realçar a perda de importância relativa da população com nacionalidade angolana, a primeira em 2001, com 16% da população estrangeira residente em Portugal, para apenas 7% em 2011, valor que a arrastou para o 7º lugar.

Destaca-se a significativa subida da população com nacionalidade romena e chinesa (de 2 661 para 24 356 e de 2 176 para 11 458, respetivamente) bem como o acréscimo das nacionalidades brasileira (244,5%) e ucraniana (213,1%) que mais do que duplicaram os efetivos no último período intercensitário.

Figura 11

Principais nacionalidades da população estrangeira residente (N.º) em Portugal, 2001 e 2011



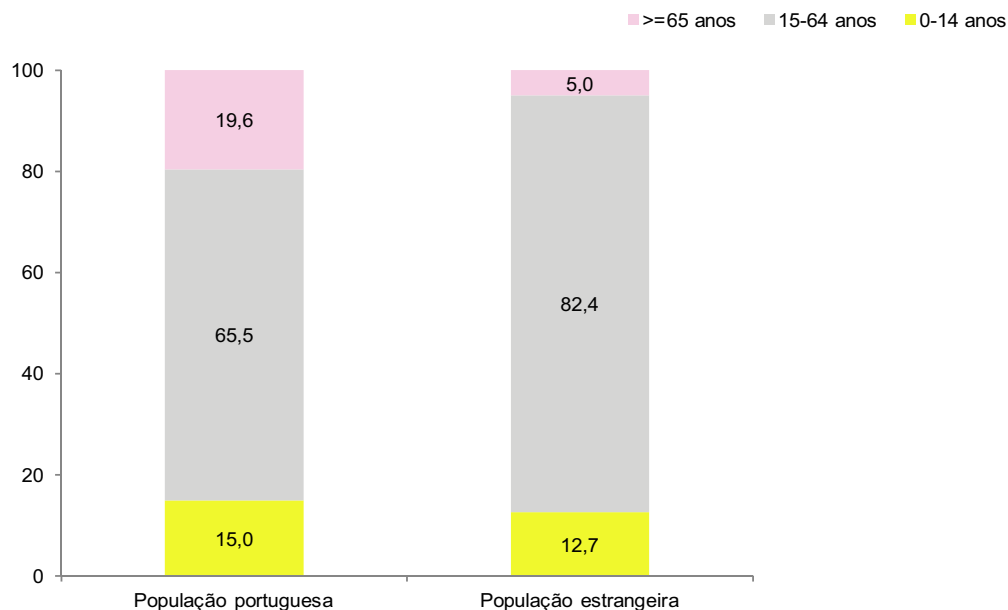
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A estrutura etária da população estrangeira difere significativamente da estrutura da população portuguesa. De facto, na população estrangeira o maior grupo situa-se na população em idade ativa (15-64 anos), com 82,4%, enquanto na população nacional este grupo representa 65,5%, situação que decorre dos motivos económicos que impulsionam a vinda desta população (Figura 12).

Adicionalmente, a população estrangeira idosa representa apenas 5,0%, contra 19,6% da população residente em Portugal.

Figura 12

População portuguesa e estrangeira (%) por grupo etário, 2011



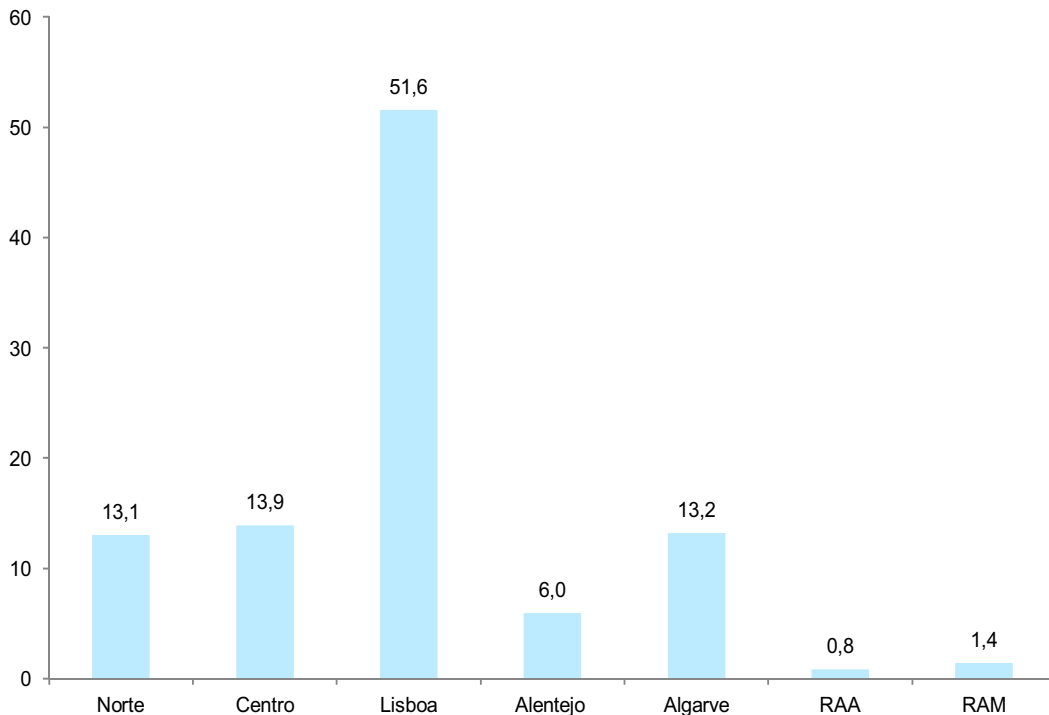
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A população estrangeira era, em 2011, bastante mais jovem do que a portuguesa, com uma idade média de 34,2 anos, face a 42,1 da portuguesa.

Em termos de distribuição geográfica, a Região de Lisboa concentrava mais de metade dos estrangeiros residentes em Portugal (51,6%), seguindo-se as regiões do Norte, Centro e Algarve todas com pesos na ordem dos 13%. As regiões com menos estrangeiros residentes eram as R.A. dos Açores e da Madeira onde residiam apenas 0,8% e 1,4% de estrangeiros (Figura 13).

Figura 13

População estrangeira residente em Portugal (%), por NUTS II, 2011

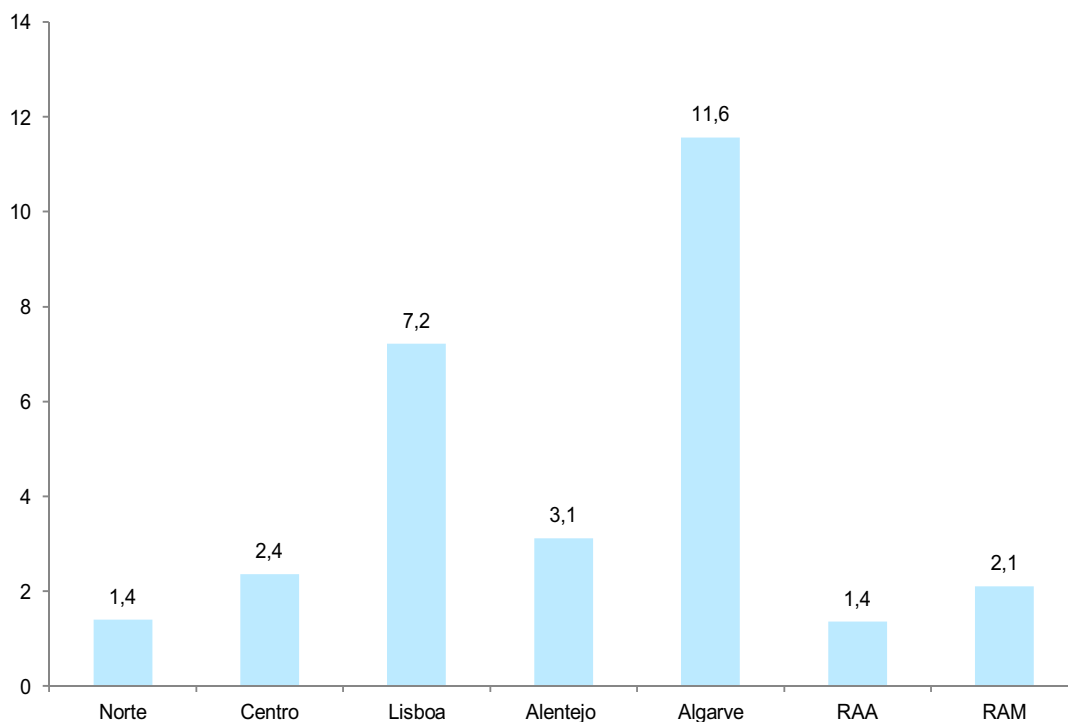


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Analisando a importância relativa dos estrangeiros face à população regional, verifica-se que era no Algarve que a população estrangeira tinha maior peso, representando cerca de 11,6% da população da região; seguia-se Lisboa, com 7,2%, o Alentejo com 3%, e a R.A. da Madeira e a região Centro, ambas com valores da ordem dos 2%. Na R.A. dos Açores e na Região Norte a população estrangeira correspondia, respetivamente, 1,4% e 1,3% da sua população (Figura 14).

Figura 14

Importância relativa da população estrangeira na população residente(%), por NUTS II, 2011

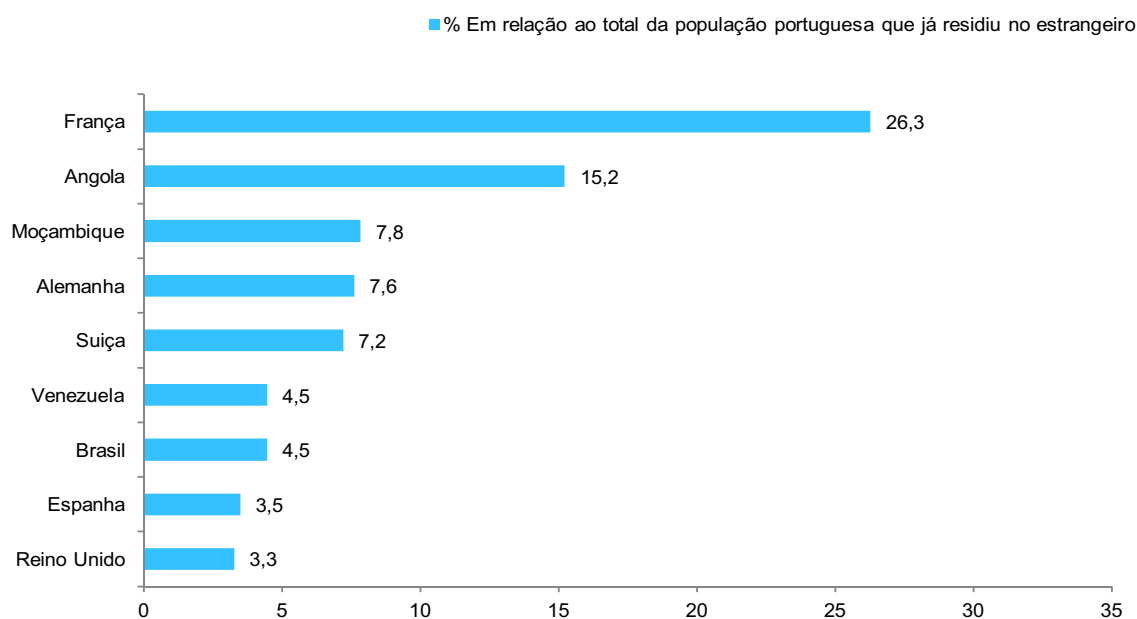


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Cerca de 1,5 milhões de portugueses/as que viviam em Portugal em 2011 já tinham residido no estrangeiro, por um período contínuo de pelo menos um ano, tendo entretanto regressado a Portugal. Este valor é o reflexo da importância que o fenómeno emigratório teve na sociedade portuguesa ao longo das últimas quatro décadas.

Figura 15

População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro (%), por último país de residência, 2011



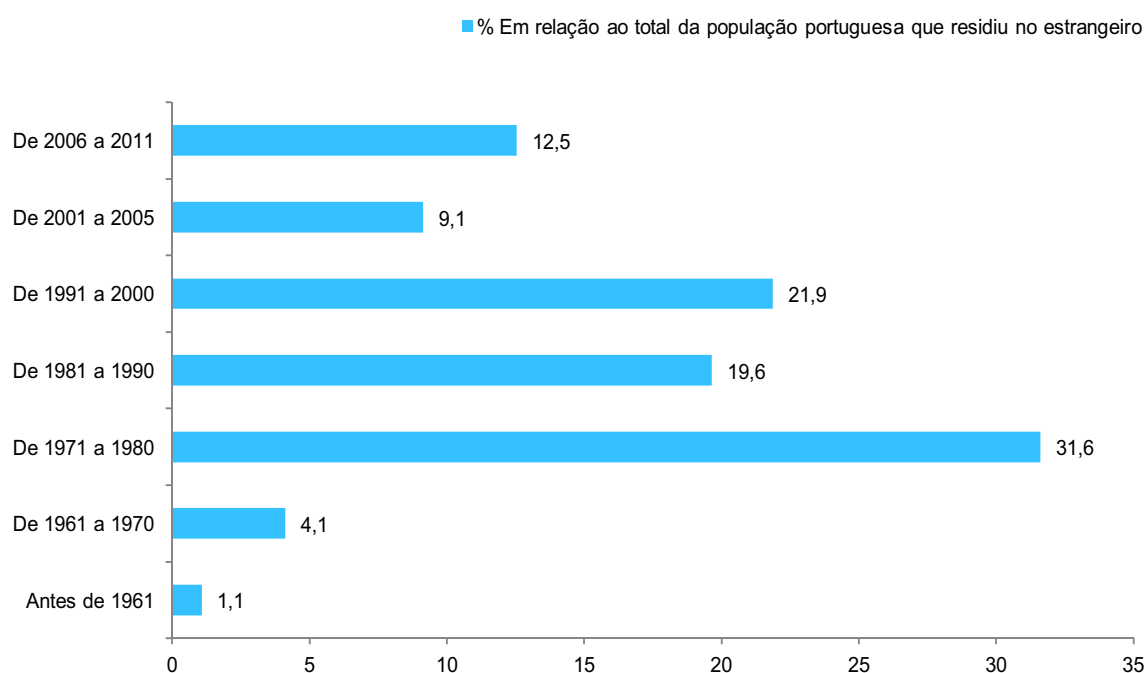
Fonte: INE, I.P., Censos 2011

De acordo com a Figura 15, os países de proveniência, mais representativos desta população, são França, com 26,3% e Angola com 15,2%, seguindo-se-lhes Moçambique (7,8%), Alemanha (7,6%) e Suíça (7,2%). Neste conjunto é possível identificar por um lado alguns dos países de destino tradicional da emigração portuguesa e, por outro, o retorno decorrente do processo de descolonização.

De facto, foi durante o período 1971-1980 que se registou o regresso de maior número de emigrantes a Portugal, intimamente relacionado com o retorno de cidadãos portugueses das ex-colónias (Figura 16). Uma segunda vaga no regresso da população emigrante a Portugal, ocorreu durante as décadas de 80 e 90, principalmente associada à emigração tradicional.

Figura 16

População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro (%), por ano de regresso a Portugal, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

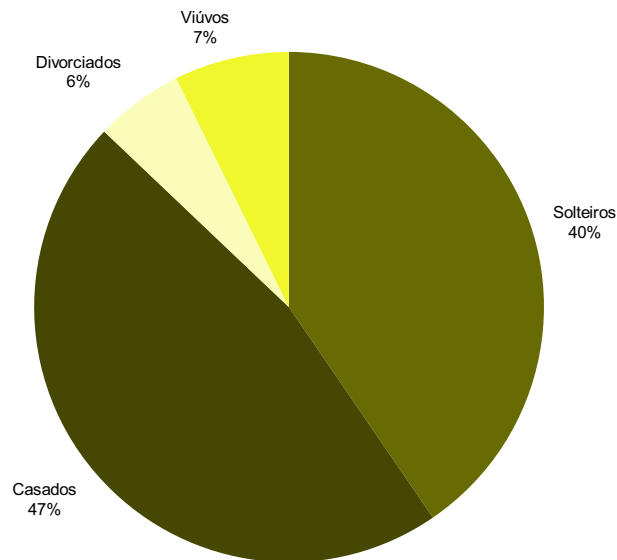
3. Estado civil e conjugalidade

Nas últimas décadas, Portugal, à semelhança de outros países europeus, tem assistido a alterações significativas nos padrões de conjugalidade e de nupcialidade. O aumento do casamento civil em detrimento do religioso, a subida do número de divórcios, o crescimento significativo dos nascimentos fora do casamento e a existência de novas formas de conjugalidade são reveladores destas alterações.

Analisando o estado civil da população recenseada nos Censos 2011, verificava-se que cerca de 47% era casada (Figura 17). O grupo dos/as solteiros/as representava 40% e os viúvos/as e divorciados/as representavam respetivamente 7% e 6%.

Figura 17

Estado civil legal da população residente, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

A análise do estado civil por sexo evidencia algumas diferenças entre homens e mulheres. As mais significativas referem-se ao estado civil Viúvo, com maior representatividade nas mulheres (11% contra 3% dos homens) e ao estado civil Solteiro, onde há uma maior representação masculina (38% das mulheres versus 44% dos homens). Também no estado civil Casado há algumas diferenças, 45% das mulheres são casadas enquanto nos homens esse valor era de 48%.

Estas diferenças podem ser explicadas pela maior esperança de vida das mulheres e pela tendência que os homens têm em regressar mais rapidamente à situação de casado.

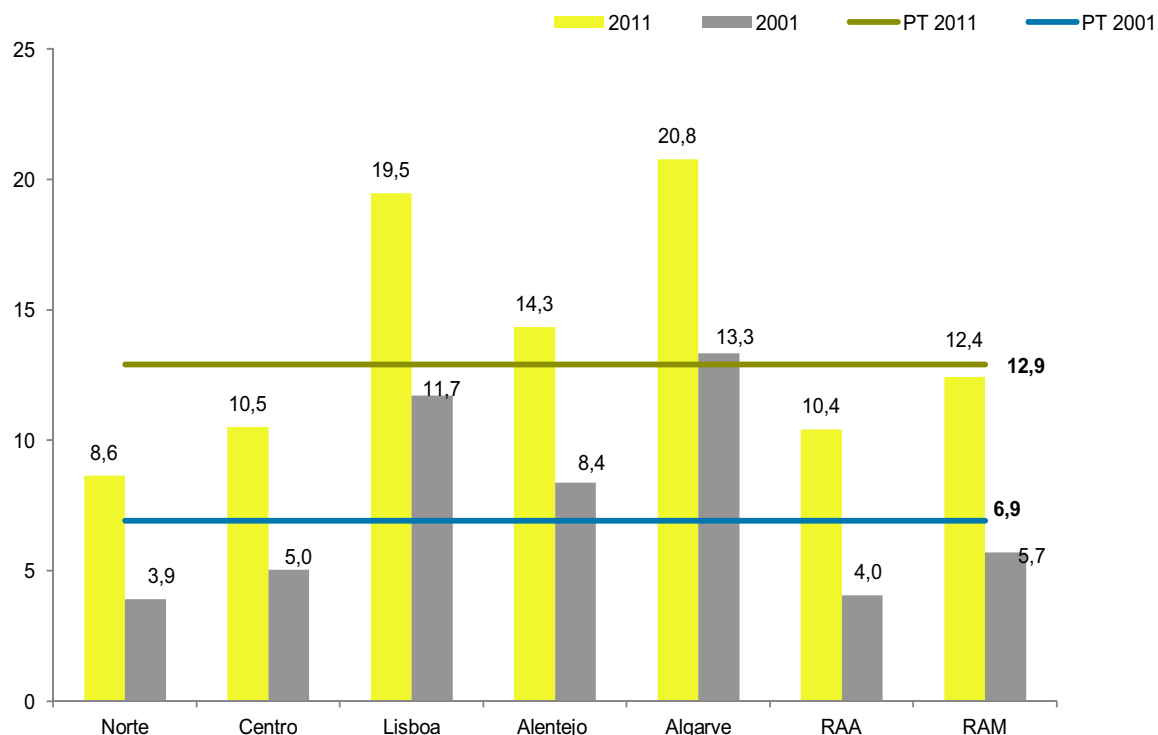
Em 2011, embora as uniões conjugais continuassem a ser maioritariamente formalizadas através do casamento (cerca de 87%), as uniões de facto representavam já cerca de 13% do total (Figura 18). Em 2001 o peso das uniões de facto era de apenas 7%.

Apesar de a união de facto não ser uma situação conjugal recente em Portugal, este tipo de relacionamento conjugal tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, sendo que praticamente duplicou na última década. Por outro lado, deixou de ser uma situação conjugal específica de uma determinada região ou contexto social para se generalizar um pouco por todo o país.

Em 2011, era na região do Algarve que as uniões de facto assumiam maior expressão representando cerca de 21% das uniões conjugais. Seguiam-se a região de Lisboa próximo de 20% e o Alentejo com 14%. O valor mais baixo, perto de 9%, registava-se na região Norte, evidenciando assim uma maior formalidade conjugal.

Figura 18

Proporção da população que vive em união de facto (%), por NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

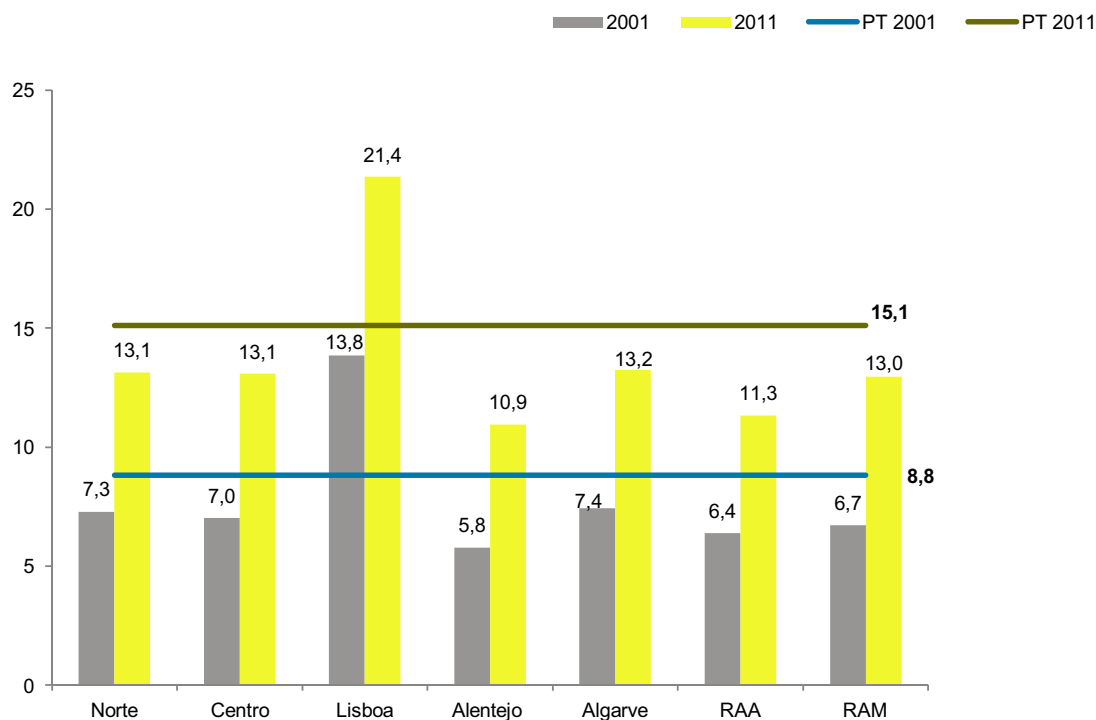
4. Nível de escolaridade

Na última década, o país registou um aumento no nível de escolaridade da população, expresso pelo aumento substancial da população com ensino superior e ensino secundário. A população com ensino superior completo passou de cerca de 9% em 2001 para 15% em 2011, tendo o número de diplomados quase duplicado e atingido 1 244 742. Esta população é constituída maioritariamente por mulheres, 60%, revelando uma clara feminização da população com ensino superior.

Em termos geográficos, a região de Lisboa com cerca de 21%, era a que reunia maior número de diplomados, seguindo-se-lhe as regiões Norte, Centro, Algarve e R.A. da Madeira com valores na ordem dos 13% (Figura 19). O Alentejo e a R. A. dos Açores eram as regiões que apresentavam as menores proporções, cerca de 11%.

Figura 19

Proporção da população com ensino superior completo(%), em 2001 e 2011

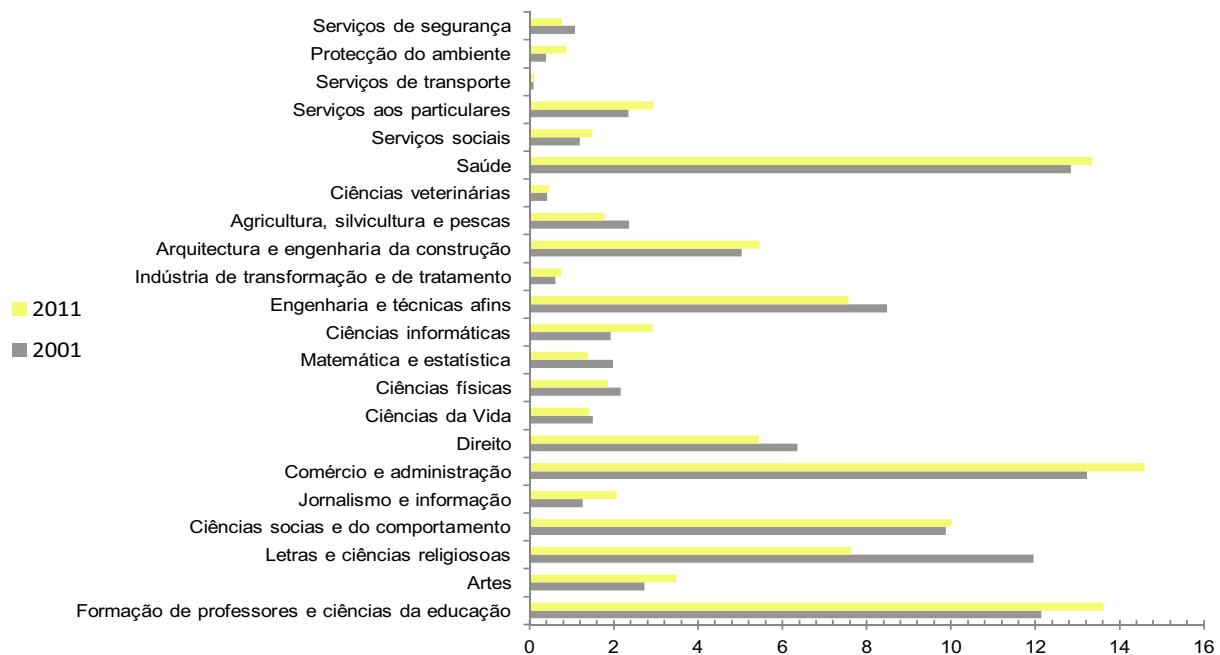


Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Analisando as áreas de formação da população com ensino superior, verificou-se que mais de 50% se concentravam em 4 grandes áreas de estudo: Comércio e Administração (14,6%), Formação de professores/as (13,6%), Saúde (13,4%) e Ciências sociais (10,0%), facto que representa algumas modificações face à situação registada em 2001 (Figura 20). Assistiu-se na última década ao reforço da importância dos cursos nas áreas de Saúde, Ciências informáticas e Formação de professores, tendo recuado as áreas das Letras e Ciências religiosas, Direito e Agricultura.

Figura 20

População com ensino superior(%), por áreas de estudo, em 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

De acordo com o Quadro 3, as mulheres eram predominantes na maior parte das áreas de estudo. As exceções verificavam-se nos serviços de segurança e de transportes, com respetivamente, 89,8% e 74,2% de licenciados homens, nas áreas da engenharia (78,9%), das ciências informáticas (75,6%), da arquitetura (67,5%) e agricultura (59,0%).

Na população feminina predominavam as diplomadas em Formação de Professores/as, Saúde, Comércio e Administração, Ciências Sociais, Letras e Ciências Religiosas e Direito.

Quadro 3

População com ensino superior completo, por áreas de estudo e sexo em 2011						
Áreas de estudo	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	169 514	13,6	23 321	4,8	146 193	19,4
ARTES	43 475	3,5	17 170	3,5	26 305	3,5
LETRAS E CIÊNCIAS RELIGIOSAS	94 839	7,6	24 839	5,1	70 000	9,3
CIÊNCIAS SOCIAIS E DO COMPORTAMENTO	124 662	10,0	44 450	9,1	80 212	10,6
JORNALISMO E INFORMAÇÃO	25 635	2,1	8 080	1,6	17 555	2,3
COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO	181 646	14,6	77 844	15,9	103 802	13,8
DIREITO	67 798	5,4	29 747	6,1	38 051	5,0
CIÊNCIAS DA VIDA	17 679	1,4	4 761	1,0	12 918	1,7
CIÊNCIAS FÍSICAS	23 059	1,9	9 179	1,9	13 880	1,8
MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	17 366	1,4	5 455	1,1	11 911	1,6
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	36 382	2,9	27 496	5,6	8 886	1,2
ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS	94 134	7,6	74 248	15,1	19 886	2,6
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DE TRATAMENTO	9 443	0,8	3 526	0,7	5 917	0,8
ARQUITECTURA E ENGENHARIA DA CONSTRUÇÃO	67 986	5,5	45 874	9,4	22 112	2,9
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	22 145	1,8	13 068	2,7	9 077	1,2
CIÊNCIAS VETERINÁRIAS	5 751	0,5	2 531	0,5	3 220	0,4
SAÚDE	166 276	13,4	46 435	9,5	119 841	15,9
SERVIÇOS SOCIAIS	18 506	1,5	1 453	0,3	17 053	2,3
SERVIÇOS AOS PARTICULARES	36 626	2,9	17 632	3,6	18 994	2,5
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	1 440	0,1	1 069	0,2	371	0,0
PROTECÇÃO DO AMBIENTE	10 765	0,9	3 589	0,7	7 176	1,0
SERVIÇOS DE SEGURANÇA	9 615	0,8	8 638	1,8	977	0,1
Total	1 244 742	100,0	490 405	100,0	754 337	100,0

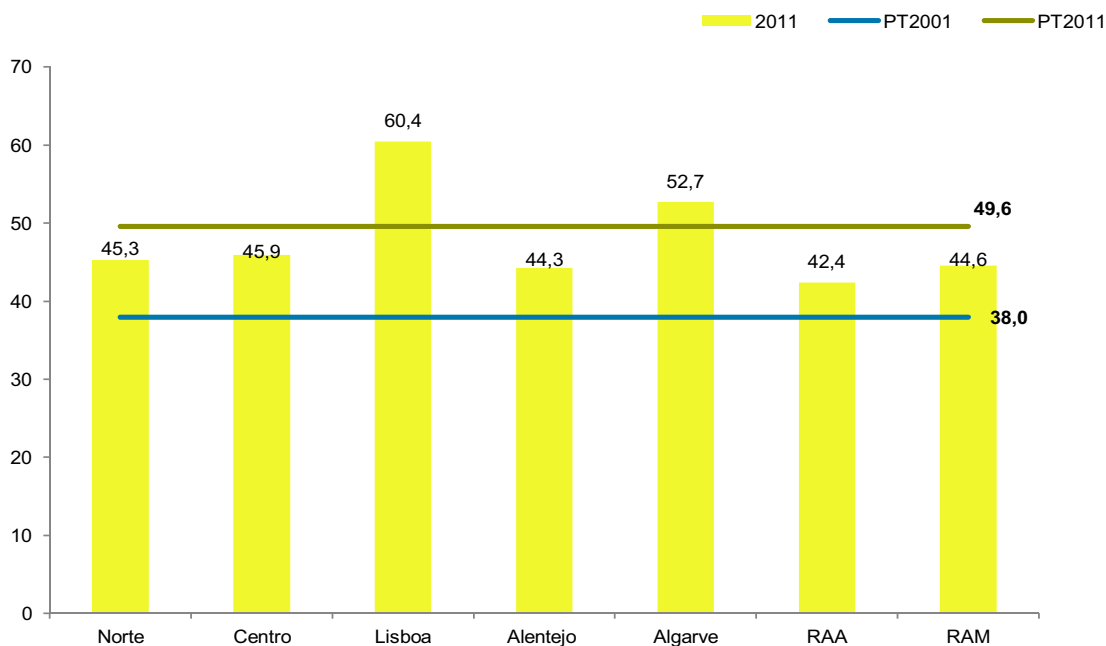
Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Na última década, assistiu-se a um aumento significativo da população com 15 ou mais anos que completou pelo menos o 9º ano de escolaridade. Em 2011, este indicador alcançou cerca de 50% da população do correspondente grupo etário, correspondendo a um acréscimo de 12 pontos percentuais face a 2001 (Figura 21).

Apenas nas regiões de Lisboa e do Algarve este indicador apresenta valores acima da média nacional. Nas restantes regiões, a proporção da população que completou no mínimo o 9º ano de escolaridade varia entre os cerca de 42% na R. A. dos Açores e os 46% na região Centro.

Figura 21

Proporção da população com 15 ou mais anos(%), com pelo menos o 9º ano, por NUTS II, 2001 e 2011



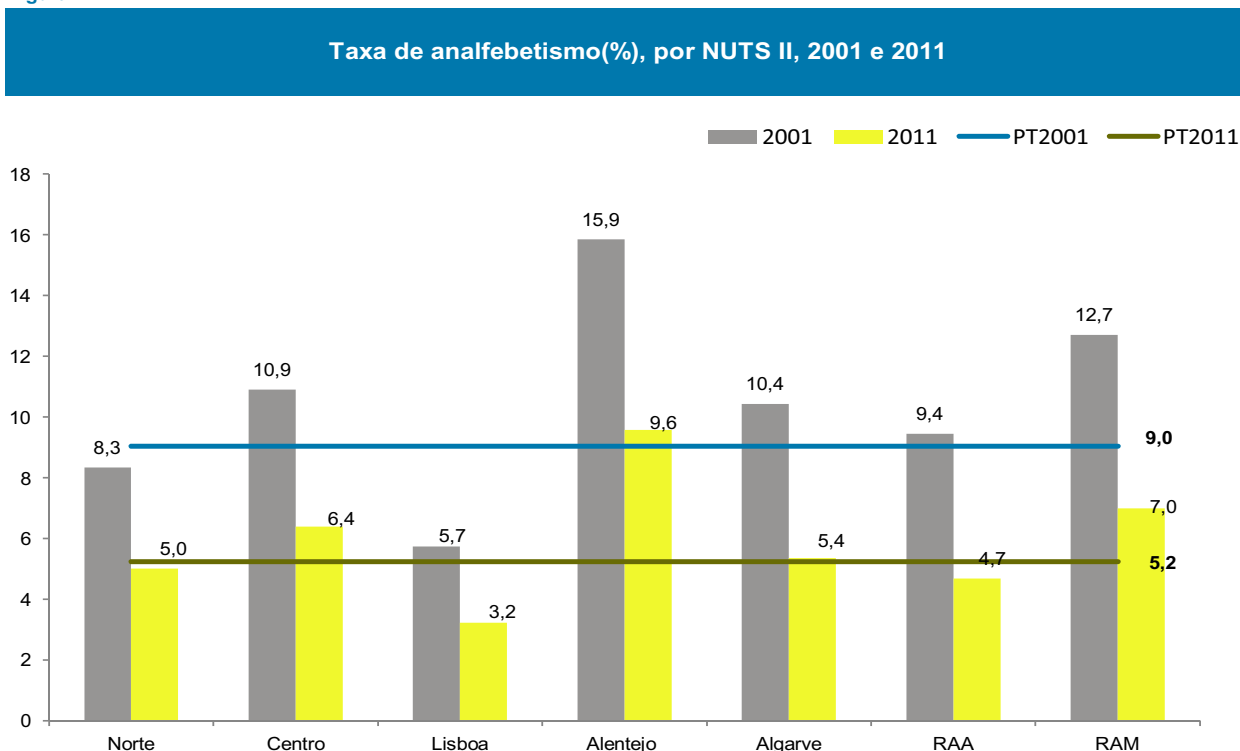
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A taxa de analfabetismo recuou de forma significativa nas últimas décadas, passando de cerca de 11% em 1991, para 9,0% em 2001 e 5,2% em 2011 (Figura 22). Ainda assim, Portugal, no contexto europeu é um dos países com os valores mais elevados neste indicador.

Este fenómeno estava sobretudo representado na população idosa, cerca de 79% dos analfabetos tinha mais de 65 anos, e nas mulheres. Em 2011, a taxa de analfabetismo das mulheres era de 6,8% enquanto nos homens se situava nos 3,8%.

A distribuição geográfica da população analfabeta registava grandes assimetrias regionais. Lisboa, com 3,2% observava a taxa de analfabetismo mais baixa, enquanto o valor mais elevado se encontrava na região do Alentejo com 9,6%.

Figura 22



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

No Quadro 4 apresenta-se uma síntese dos principais indicadores, associados ao nível de escolaridade da população residente, que permitem constatar a evolução positiva entre 2001 e 2011.

Quadro 4

Alguns indicadores sobre o nível de escolaridade (%) 2001 e 2011		
Indicadores	2001	2011
Taxa de Analfabetismo	9,03	5,23
Proporção de Crianças 3-5 anos a frequentar o Ensino Pré-Escolar	52,28	73,49
Proporção da População com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo	18,03	10,39
Proporção de Jovens 18-24 anos que completou no máximo o 3º Ciclo (9º ano) e que não estão a estudar	33,37	22,08
Proporção de Jovens 20-24 anos que completou pelo menos o Ensino Secundário	44,04	60,8
Proporção da População 30-34 anos que completou o Ensino Superior	14,22	28,62
Proporção da População com 15 ou mais anos que completou pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	37,95	49,6
Proporção da População com 18 ou mais anos que completou pelo menos o Ensino Secundário	22,67	31,69
Proporção da População com 23 ou mais anos que completou o Ensino Superior	8,81	15,11

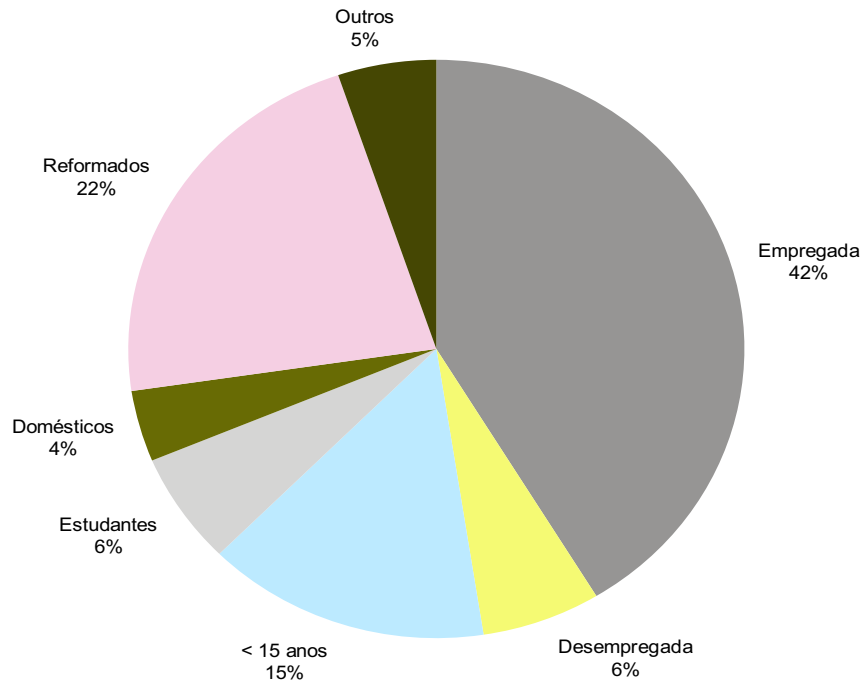
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

5. Caracterização socioeconómica

Perante a atividade económica, em 2011, cerca de 42% da população total encontrava-se na situação de empregada, 6% na condição de desempregada e 52% na situação de inatividade. A população reformada e a população com menos de 15 anos representavam, respetivamente, cerca de 32% e 29% do total da população em situação de inatividade. Os restantes 29% abrangiam a população com menos de 15 anos, estudantes com 15 ou mais anos, domésticos/as e outros (Figura 23).

Figura 23

Condição perante a atividade económica da população residente, em 2011

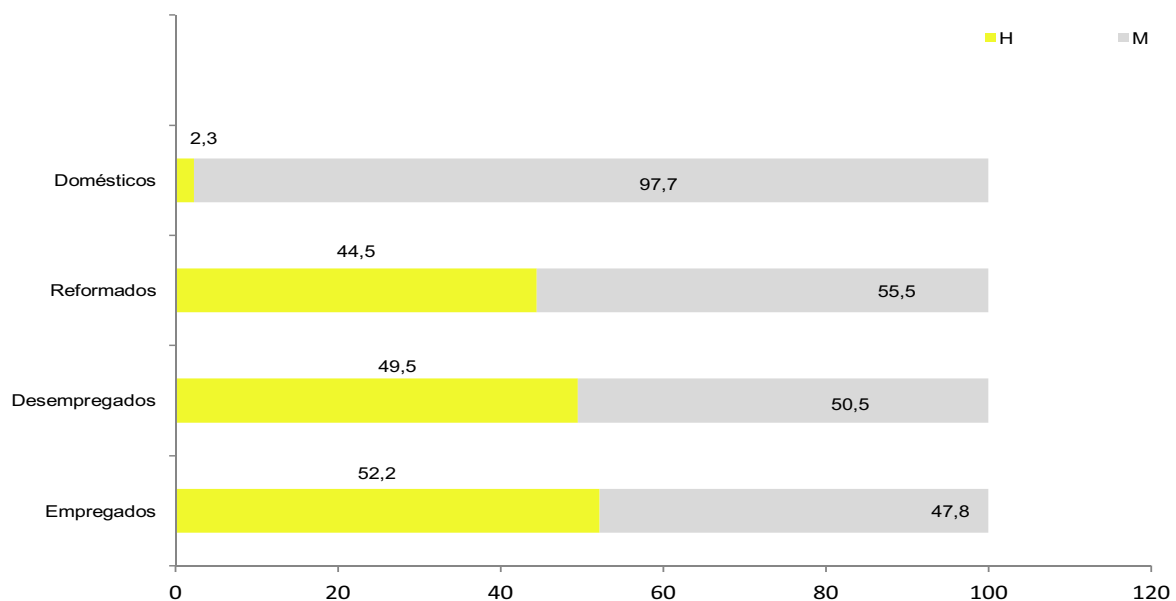


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Verificaram-se diferenças na representação dos homens e das mulheres nos grupos que compõem a condição perante a atividade económica: A população empregada apresentava cerca de 52% de homens e 48% de mulheres; Na população reformada/pensionista verificava-se o contrário, com as mulheres a predominarem com 51% face aos 49% dos homens; Na população “domésticos” havia cerca de 2% de homens e 98% de mulheres (Figura 24).

Figura 24

Condição perante a atividade económica(%), segundo o sexo, em 2011

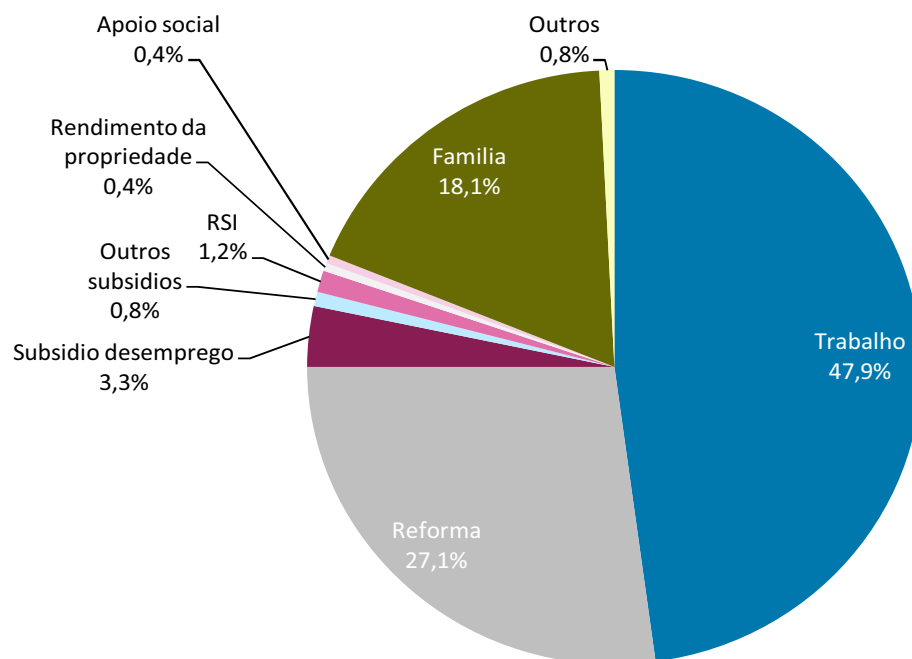


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

De acordo com os resultados dos Censos 2011, para quase 48% da população residente, com 15 ou mais anos, a principal fonte de rendimento nos 12 meses que antecederam o momento censitário foi o trabalho, seguindo-se as pensões e reformas para 27% da população. Cerca de 18% da população com 15 e mais anos vivia a cargo da família. O Subsídio de Desemprego e o Rendimento Social de Inserção foram, respetivamente, a principal fonte de rendimento para 3,3% e 1,1% da população residente com 15 ou mais anos (Figura 25).

Figura 25

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos, em 2011

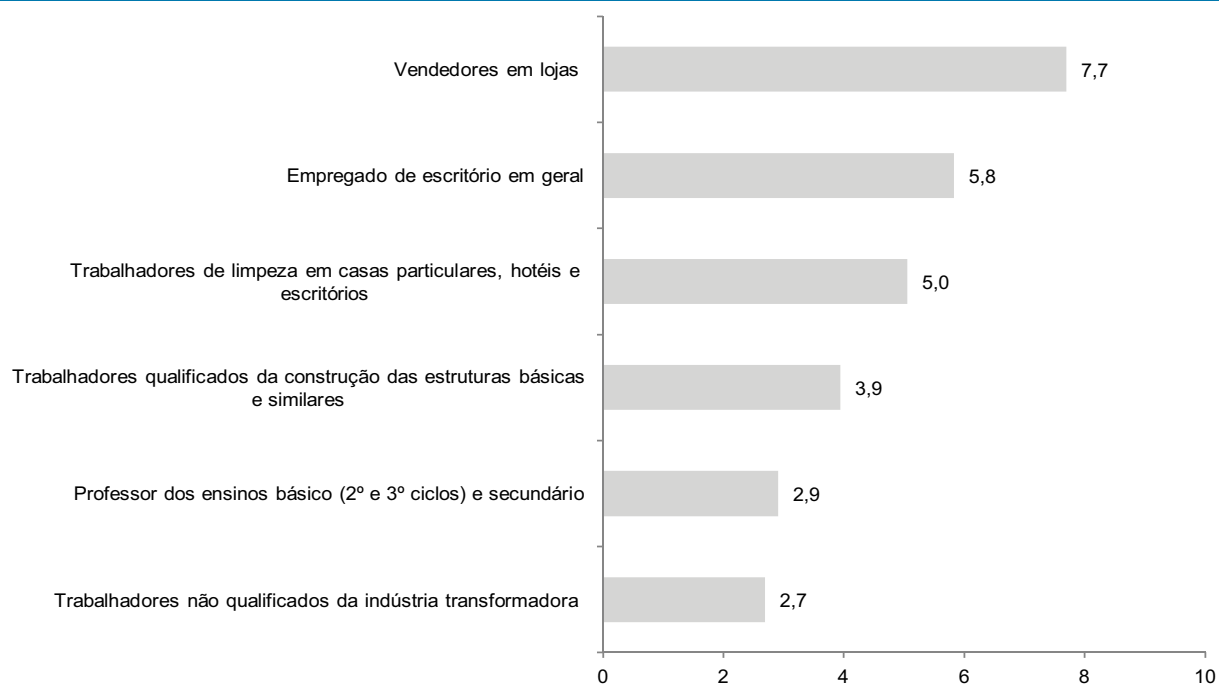


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Os resultados dos Censos 2011 registaram 4 361 187 pessoas empregadas, das quais, a população empregada em Portugal era de 4 361 187 pessoas, sendo 52,2% homens e 47,8% mulheres. A maior parte da população (81,2%) trabalhava por conta de outrem. Cerca de 18% dos/as trabalhadores/as por conta de outrem cumpriam um horário semanal de 45 ou mais horas e perto de 8% de menos de 30 horas. Vendedores/as em lojas, empregados/as de escritório, trabalhadores/as de limpeza e da construção e professores/as do ensino básico e secundário representavam um quarto da população empregada (Figura 26).

Figura 26

Principais subgrupos de profissões (%) da população empregada, em 2011



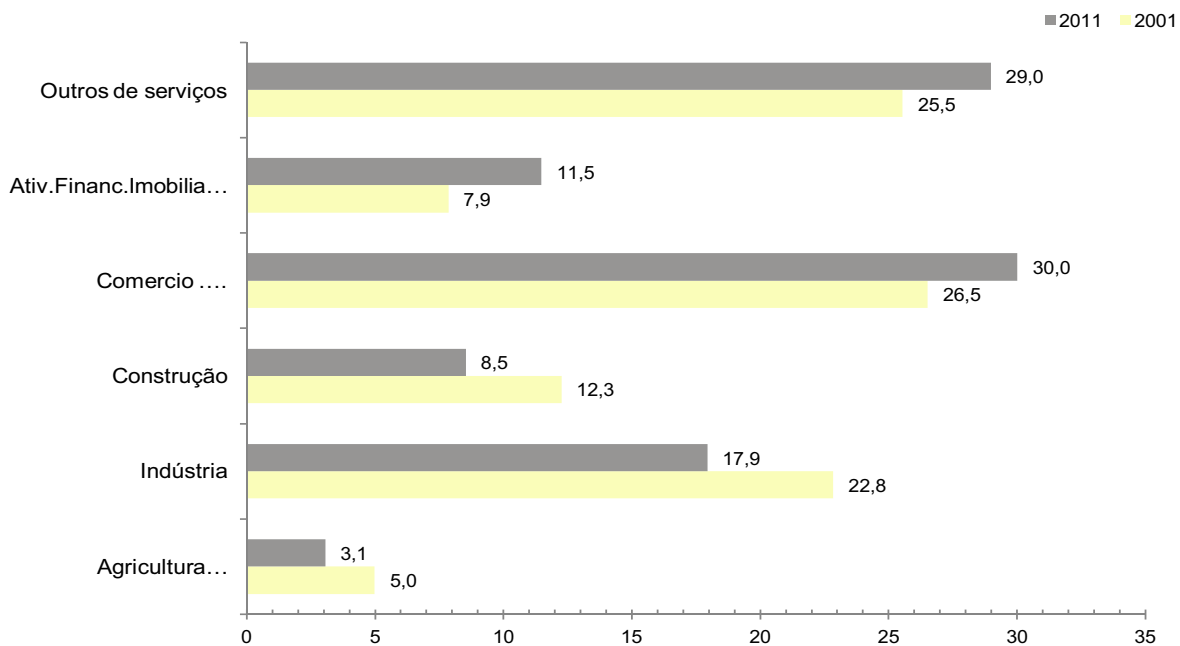
Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Quase 70% do emprego estava alocado às atividades de serviços. Neste sector, os grupos de atividade económica “comércio, alojamento, transportes e comunicações” com 30% e “outras atividades de serviços” com 29% eram os que mais pessoas empregavam. As atividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas concentravam cerca de 11% do emprego (Figura 27).

O emprego na indústria e a construção civil recuou entre 2001 e 2011 representando, neste último ano, respetivamente cerca de 18% e 9% da mão-de-obra total empregada. A agricultura e pescas voltaram a perder importância e detinham representavam, em 2011, apenas 3% da população empregada.

Figura 27

População empregada (%), segundo os principais grupos de atividade, em 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

6. Famílias

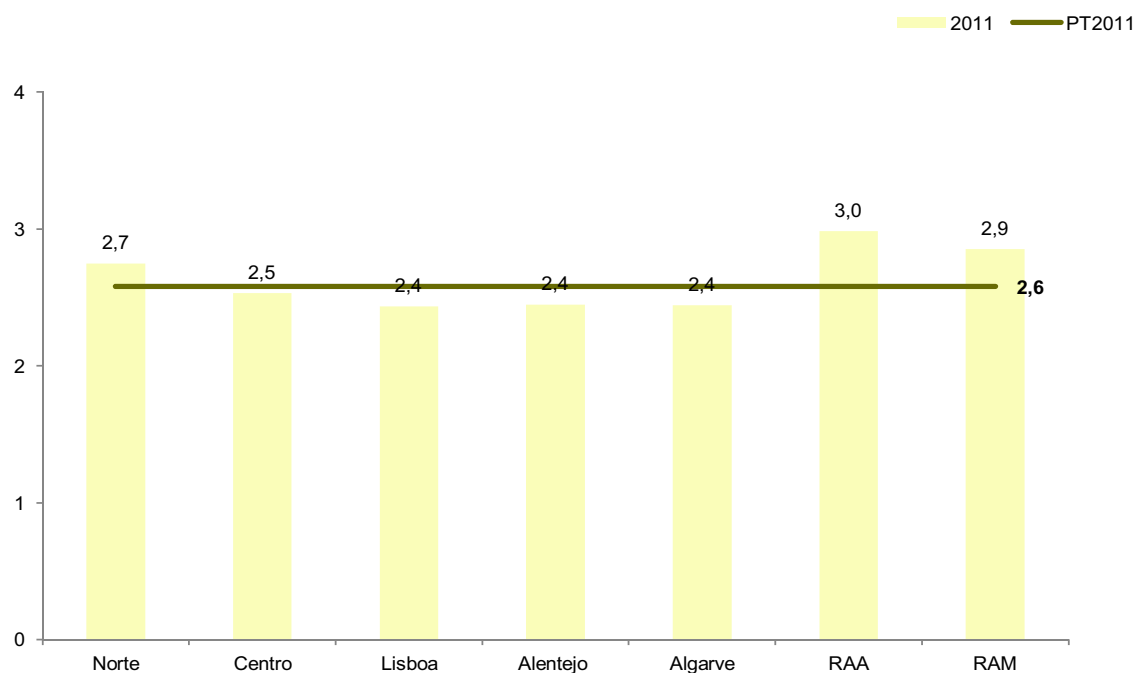
Na última década, acentuaram-se as transformações que se vinham verificando ao nível da família e do lugar que esta ocupa na sociedade. A constituição da família, o seu funcionamento, a forma como evolui, o seu eventual desmembramento ou reconstituição traduz não só os efeitos dos processos de transformação global mas também os efeitos de um dinamismo e características próprias. Misturam-se elementos do passado e do presente, cujo resultado, reflete-se de forma muito variada, por vezes rápida, outras vezes lenta.

Entre 2001 e 2011, o número de famílias clássicas aumentou cerca de 11%, atingindo as 4 043 726. Esta evolução decorre não só do crescimento da população, mas também da influência de outros fatores sociodemográficos, como as alterações nos padrões de nupcialidade, a divorcialidade e a fecundidade, bem como do aumento da esperança média de vida que concorrem para as mudanças verificadas ao nível das estruturas familiares.

Evidencia-se a diminuição da dimensão média da família a par com o aumento do número de pessoas que vivem sós e com o decréscimo das famílias numerosas. A dimensão média das famílias recuou de 2,8 em 2001 para 2,6, em 2011. As R.A. dos Açores e da Madeira e a região Norte, com 3,0 pessoas por família, apresentavam os valores mais elevados. Lisboa, Alentejo e Algarve tinham as famílias menos numerosas, com 2,4 elementos (Figura 28).

Figura 28

Dimensão média das famílias (Nº), por NUTS II, em 2011

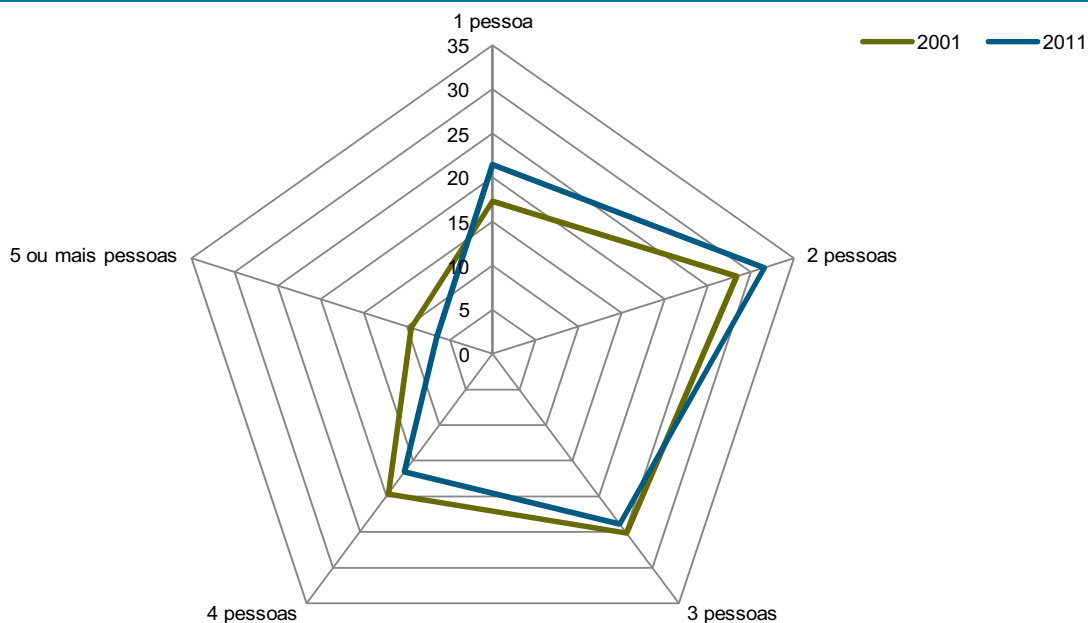


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

As famílias clássicas constituídas por uma só pessoa correspondiam, em 2011, quase a 21% do total de famílias, tendo o seu número vindo a aumentar nas últimas décadas. Em 2011, foram recenseadas 866 827 famílias unipessoais, contra as 631 762 apuradas em 2001. O número de famílias unipessoais constituídas por uma pessoa idosa representava a maior parte das famílias unipessoais e correspondia a cerca de 10% do total de famílias clássicas (Figura 29). As famílias unipessoais concentravam-se, predominantemente, nos territórios do interior, em geral com índices de envelhecimento mais elevados. A evolução do número de pessoas a viver sós deve-se principalmente ao progressivo envelhecimento da população portuguesa, mas também, embora de forma muito ténue, ao surgimento de novas formas de arquitetura da vida familiar e doméstica, sobretudo entre as camadas da população mais jovem e que conduzem a uma individualização.

Figura 29

Dimensão média das famílias (%), em 2001 e 2011



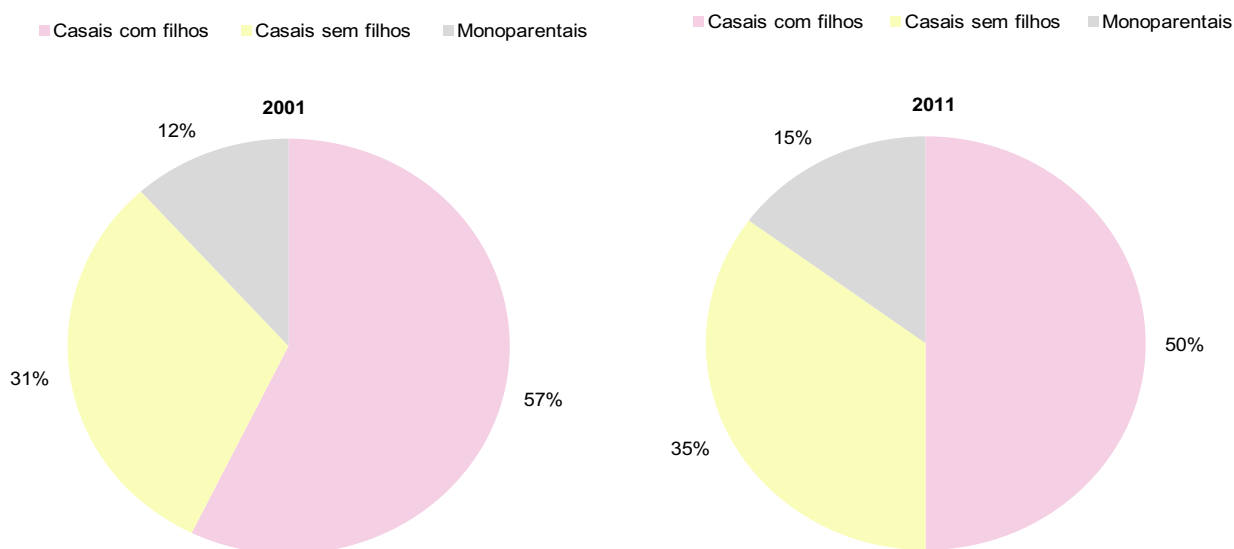
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A estrutura familiar predominante continuava a ser a de “casal com filhos”, apesar de perder importância relativa; o ciclo de vida familiar perde o seu carácter de previsibilidade: a constituição de uma família (casal) e o nascimento de filhos dentro do casamento. Acentua-se a tendência para o aumento dos casais sem filhos em detrimento dos casais com filhos, que pode estar relacionada com a descida da fecundidade, com o adiamento da decisão de maternidade, com o envelhecimento da população, ou, de outra forma, os casais esperam mais tempo antes de terem filhos e posteriormente, após a saída dos filhos de casa, ficam mais tempo sozinhos.

Em 2011 o número de núcleos familiares “casal com filhos” era de 1 614 290, em queda face ao registado em 2001, em que estes núcleos eram 1 740 522 (Figura 30).

Figura 30

Núcleos familiares segundo o tipo de núcleo, em 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

A proporção de casais com filhos, 50% em 2011, recuou cerca de 7 pp na última década. Esta proporção não se verificou apenas na região Norte e nas Regiões Autónomas, onde a proporção de núcleos familiares “casais com filhos” se situava acima de 50%. Outras realidades, outros tipos de família, outros modelos passam a estar mais presentes: Núcleos familiares monoparentais aumentam significativamente. Em 2011, foram recenseados 480 443 núcleos familiares monoparentais, o que representa um crescimento de cerca de 36% face a 2001.

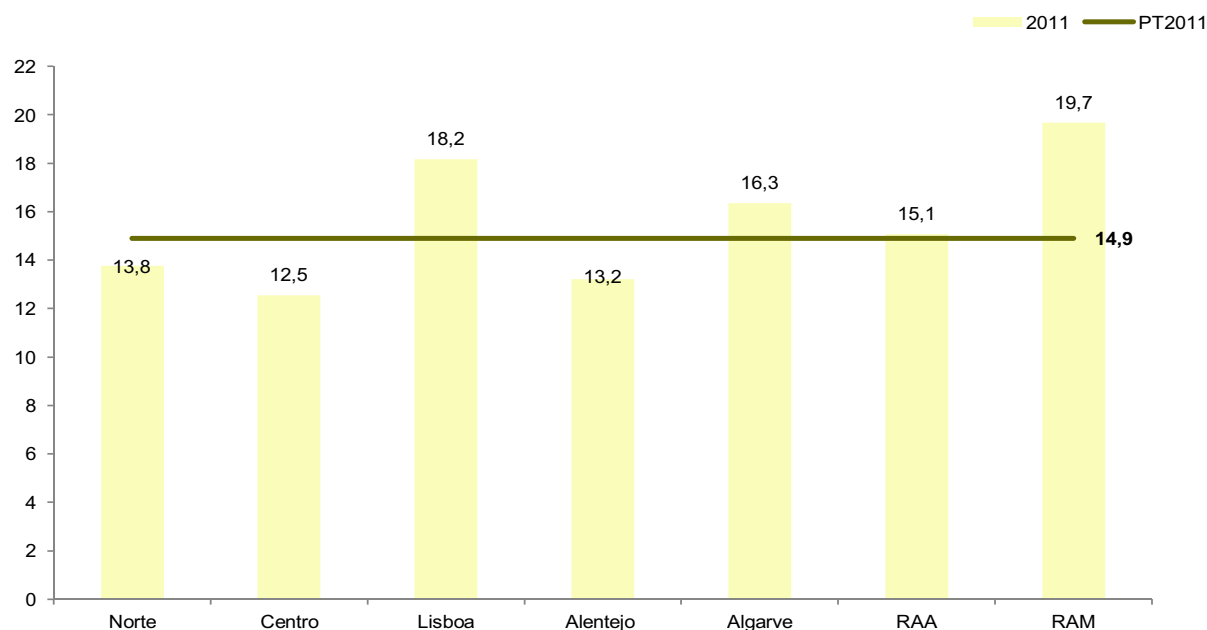
O aumento da proporção de núcleos familiares monoparentais, no total de núcleos familiares, revela a alteração do modelo de vivência familiar que tem vindo a operar-se na sociedade portuguesa nos últimos anos. Esta alteração não é um sinónimo de crise de valores, desvalorização das relações familiares, nem mesmo o fim da família, é apenas a alteração do conceito de família tradicional considerado ao longo de muitas décadas.

À semelhança do que se verificara ao longo da década de 90, os núcleos monoparentais constituídos por mãe com filhos continuam, na primeira década do milénio, a prevalecer face ao número de núcleos de pai com filhos, representando mais de 86% do total de núcleos monoparentais (416 343 e 64 100 respetivamente).

Em termos regionais, a R.A. da Madeira apresentava 20% do total de núcleos familiares monoparentais, a proporção mais elevada do País, seguindo-se-lhe Lisboa, com 18% (Figura 31).

Figura 31

Proporção de núcleos monoparentais no total de núcleos (%), por NUTS II, em 2011

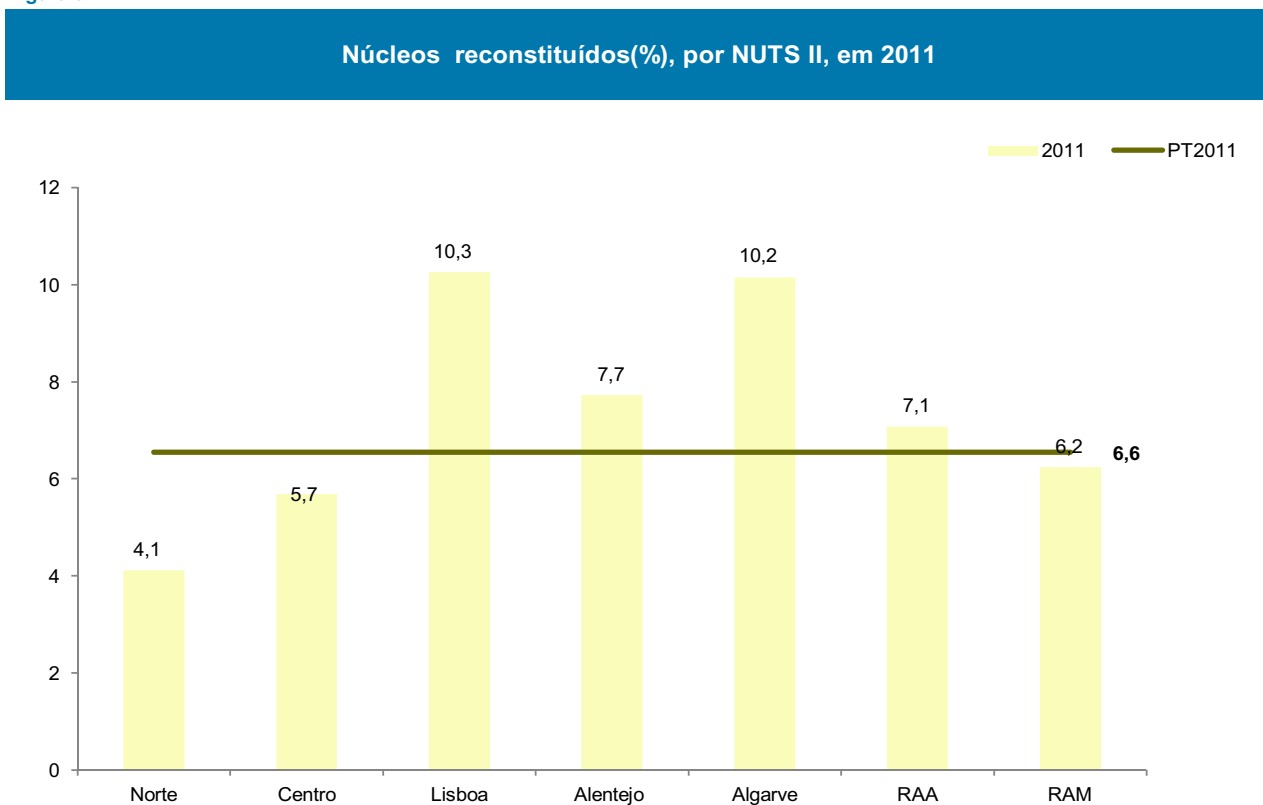


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Núcleos familiares reconstituídos (famílias recompostas) mais que duplicam, provavelmente consequência direta da subida dos divórcios: a junção dos “meus, teus e nossos” tornou-se uma realidade muito comum. Em 2011, o número de núcleos familiares reconstituídos ascendeu a 105 764, o que representa um crescimento muito significativo em relação a 2001 (46 786). São predominantemente constituídos por uma mãe com filhos e um padrasto. Este crescimento revela também a emergência das novas formas de organização familiar, em resultado dos padrões recentes de nupcialidade e fecundidade. Os núcleos familiares reconstituídos representam cerca de 7% do total dos núcleos familiares de casais com filhos.

Não há dúvida que “recompor uma família” é uma realidade mais disseminada atualmente: a importância relativa dos núcleos familiares reconstituídos aumentou em todas as regiões, oscilando este acréscimo entre 2,6 pontos percentuais na região Norte e 6,0 na região de Lisboa. É nas regiões do Algarve e de Lisboa que se verificava a maior incidência deste tipo de organização da família, com cerca de 10%. Na região Norte os núcleos familiares reconstituídos representavam apenas 4% (Figura 32).

Figura 32



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

7. Conclusões

Apresenta-se uma síntese dos principais Resultados Definitivos dos Censos 2011, referenciados ao dia 21 de Março de 2011.

À data do momento censitário a população residente em Portugal ascendia a 10 562 178 indivíduos, correspondendo a 52,2% de mulheres.

A percentagem de jovens, com menos de 15 anos, recuou de 16% em 2001 para 15% em 2011 devido à baixa de fecundidade enquanto a de idosos, com 65 ou mais anos, aumentou de 16% para 19%, em resultado do acréscimo da longevidade. Consequência direta da estrutura demográfica do país, o índice de envelhecimento (jovens com menos de 15 anos por cada 100 pessoas idosas com 65 ou mais anos) subiu de 102, em 2001, para 128 em 2011.

A população estrangeira residente em Portugal era de 394 496 cidadãos. A nacionalidade brasileira, com cerca de 28%, representava a maior comunidade estrangeira.

Cerca de 47% da população recenseada era casada. O grupo dos/as solteiros/as representava 40% e os viúvos/as e divorciados/as representavam respetivamente 7% e 6%.

Embora em 2011 as uniões conjugais continuassem a ser maioritariamente formalizadas através do casamento (87%), as uniões de facto já representavam cerca de 13% do total face a 7% em 2001.

Na educação, Portugal progrediu muito nas últimas décadas. A proporção da população com ensino superior completo atingiu 15% e pela 1ª vez alcançou os 50% na proporção da população com pelo menos o 9º ano de escolaridade.

No mercado de trabalho, 42 % da população estava empregada. Os homens representavam 52% dos empregados e as mulheres 48%. As atividades dos serviços concentravam 70% da população empregada, a indústria 18%, a construção civil 9% e a agricultura 3%.

O número de famílias clássicas aumentou para 4 043 726, mas diminuiu o número médio de pessoas por família para 2,6. O número de famílias unipessoais constituídas por uma pessoa idosa cresceu significativamente face aos Censos 2001.

No período intercensitário, os núcleos familiares monoparentais registaram um forte acréscimo, cerca de 36%, e os núcleos familiares recompostos mais do que duplicaram.